

YUAN KUEN BALTAZAR DA NOBREGA TONG

A COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL
(CEDEAO):
ASPECTOS HISTÓRICOS E DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO (1975-2016)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa -
UNIPAMPA.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Kamilla
Raquel Rizzi

SANTANA DO LIVRAMENTO

2017

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo autor através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

T665c Tong, Yuan Kuen Baltazar da Nóbrega
A COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL
(CEDEAO): ASPECTOS HISTÓRICOS E DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO
(1975-2016) / Yuan Kuen Baltazar da Nóbrega Tong.
71 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2017.
"Orientação: Kamilla Raquel Rizzi".

1. CEDEAO. 2. África ocidental. 3. processos de integração regional. I. Título.

YUAN KUEN BALTAZAR DA NOBREGA TONG

A COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL
(CEDEAO):
ASPECTOS HISTÓRICOS E DESAFIOS PARA A INTEGRAÇÃO (1975-2016)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa -
UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso avaliado e aprovado em: ___/___/____.

Professores avaliadores

Prof^a. Dr^a. Kamilla Raquel Rizzi
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof^a. Dr^a. Anna Carletti
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Rafael Vitoria Schmidt
(UNIPAMPA)

A minha mãe, que sempre me aconselhou nos momentos de indecisão, e mostrou através de palavras, gestos e atitudes, o real significado de amor, carinho e dedicação.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, gostaria de voltar meus agradecimentos a Deus, por ter guardado meus passos, acalmado meu coração e me dado forças para terminar essa caminhada.

À a minha mãe, por ser minha constante força motivadora e por ter se dedicado a vida inteira a criar os filhos, sem medir esforços, sendo um dos maiores exemplos de mulher, força, humanidade, amor e carinho. Principalmente, por sempre ter sido meu porto seguro nos momentos mais difíceis durante a minha formação como pessoa.

Ao meu pai, que apesar dos seus gestos mais retraídos de demonstração de afeto, amor, carinho e atenção, sempre esteve me ajudando durante a graduação, com palavras de incentivo e motivação.

À professora e orientadora Kamilla Rizzi, por ter sido além de uma orientadora, uma amiga e uma das mais excelentes e exigentes professoras que tive durante a graduação, pela paciência, dedicação e principalmente, por ter acreditado e persistido na minha capacidade durante a este trabalho.

Aos professores Fábio Bento e Anna Carletti, pela criação de um grupo informal de conversa e discussão com os alunos logo após o ingresso da turma de Relações Internacionais 2010.2, dispondo-se a escutar o desabafo dos mesmos sobre problemas acadêmicos, pessoais e mostrando que a jornada longe de casa e da família, apesar de doloroso e difícil, pode ser menos complicado quando se encontram pessoas com tamanha sensibilidade e empatia.

À professora Nathaly Xavier Schütz, por ter lecionado com tanta excelência a cadeira de Relações Internacionais da África, e conseqüentemente uma das pessoas responsáveis por despertar-me o interesse nos estudos sobre o continente africano. Sendo também uma das pessoas responsáveis pela construção deste trabalho.

Aos meus amigos de Santana do Livramento, por estarem sempre ao meu lado, me aconselhando, compartilhando momentos de alegria, tristeza, e principalmente, por terem me acolhido nesta cidade e em suas vidas.

Aos meus professores do curso de Relações Internacionais da UNIPAMPA, por todo conhecimento compartilhado com excelência, e pela construção de censo crítico como cidadão, aluno e como pessoa.

Ao Lucas Lofgren, meu companheiro de uma caminhada de quase quatro anos, me incentivando a ir sempre além. Pelos momentos bons e ruins que nos ensinaram a crescer como pessoas e como relação. Pela força, carinho, amor, dedicação e principalmente, por toda a paciência, compreensão e companheirismo durante este tempo.

Aos amigos de infância, por passarmos juntos todos os momentos e fases do nosso crescimento e formação, sempre apoiando um ao outro e sendo uma fonte de motivação.

Aos amigos distantes das outras universidades, por compartilharem o conhecimento e por tornarem-se companheiros fiéis durante essa trajetória. Pelos conselhos, risadas, choros e por alguns terem se tornado verdadeiros irmãos que carregarei eternamente comigo.

À Universidade Federal do Pampa, por ter me acolhido e me transformado de um adolescente em um homem. Por todo conhecimento compartilhado, que somado aos demais, me transformaram em uma pessoa mais humanizada e consciente.

Ao Coletivo Feminista Livra Elas e o Grupo da Diversidade, que mostraram questões que fugiam da minha visão e da minha zona de conforto. Por compartilhar os conhecimentos e experiências. Por estarem sempre me desconstruindo e me transformando em uma pessoa mais sensível, mais racional, através de lutas que nem sempre abrangem minhas causas. Por mostrar mais uma vez que devemos ter empatia com demais causas e que a luta por uma sociedade mais igualitária pode ser mais fácil juntos.

Por fim, agradeço a todos que participaram da minha caminhada e compartilharam seus conhecimentos para minha construção e formação do que sou hoje. Obrigado por todos os conselhos, demonstrações de carinho, amor, afeto, atenção e companheirismo. Pelos momentos de felicidade e tristeza. Por fazerem as dificuldades e percalços desta caminhada passarem despercebidos atrás de muitos momentos de alegrias e gargalhadas. Certamente cheguei até aqui e me transformei no que sou hoje, graças a cada um de vocês.

Os imorais falam de nós
Do nosso gosto, nosso encontro,
Da nossa voz.
Os imorais se chocam por nós,
Por nosso brilho, nosso estilo
Nossos lençóis.
Mas um dia, eu sei, a casa cai
E então a moral da história
Vai estar sempre na glória de fazermos
O que nos satisfaz.

(Zélia Duncan – Os Imorais)

RESUMO

Enquanto uma região subdesenvolvida, dependente e composta por ex-colônias de exploração, a África Ocidental ocupa historicamente uma posição marginal na economia mundial e na política internacional. A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) - uma organização internacional que institucionaliza o processo de integração regional do oeste africano - foi criada para auxiliar as nações africanas a enfrentar essa realidade. Este breve estudo, além de analisar o contexto histórico e internacional que marcou o surgimento e o desenvolvimento da CEDEAO, faz uma avaliação do papel desta organização na busca por estabilidade e desenvolvimento para o oeste africano. A CEDEAO existe desde 1975 e possui virtualmente todos os países da região como membros, porém, é possível identificar, ao menos institucionalmente, um enquadramento que viabilize a superação dos problemas econômicos, políticos e sociais deixados pelos europeus? Adotou-se como hipótese inicial que a integração deve ser considerada uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento regional na África Ocidental e a CEDEAO, mesmo que insuficientemente, oferece um arranjo institucional para este fim.

Palavras-chave: CEDEAO; África; Integração regional; Relações Internacionais.

ABSTRACT

As an underdeveloped, dependent, and formerly colonized region of exploitation, West Africa historically occupies a marginal position in the world economy and in international politics. The Economic Community of West African States (ECOWAS) — an international organization that institutionalizes the West African regional integration process — was created to assist African nations in addressing this reality. This brief study, besides analyzing the historical and international context that marked the emergence and development of ECOWAS, makes an evaluation of the role of this organization in the search for stability and development for West Africa. ECOWAS has existed since 1975 and has virtually all the countries of the region as members, but is it possible to identify, at least institutionally, a framework that will overcome the economic, political and social problems left by Europeans? It was assumed as an initial hypothesis that integration should be considered *sine qua non* for regional development in West Africa and ECOWAS, even if insufficiently, provides an institutional arrangement for this purpose.

Key-words: ECOWAS; Africa; Regional Integration; International Relations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Processos de integração na África	47
Figura 2: Os Membros da CEDEAO.....	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Países da África Ocidental	31
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BAD - Banco Africano de Desenvolvimento

CEA - Comissão Econômica para a África

CEAO - Comunidade Econômica da África do Oeste

CEE - Comunidade Econômica Europeia

CEDEAO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

ECA - Comissão Econômica para África

ECCAS - Comunidade Econômica dos Estados da África Central

ECOMOG - Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

FAO - Organização para Agricultura e Alimentação

FMI – Fundo Monetário internacional

FNL - Frente Nacional de Libertação

IAO - Instituto da África Ocidental

IGAD - Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento/ Inter-governmental Authority for Development

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento de África

ONU – Organização das Nações unidas

OUA - Organização da Unidade

PIB – Produto Interno Bruto

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

UA - União Africana

UEMOA - União Econômica e Monetária da África Ocidental

ZMAO - Zona Monetária da África Ocidental

SUMÁRIO

SUMÁRIO	13
1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA	18
2. O CONTINENTE AFRICANO: DA COLONIZAÇÃO AO PROCESSO DE	24
INDEPENDÊNCIA.....	24
2.1 MECANISMO E FORMAS DE COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AFRICANO: UMA NOTA.....	28
2.2 O PAN-AFRICANISMO	35
2.3 A DESCOLONIZAÇÃO DO CONTINENTE AFRICANO E OS NOVOS DESAFIOS.....	40
3. AS ORGANIZAÇÕES AFRICANAS	43
3.1 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS NA ÁFRICA.....	44
4. A CEDEAO – A COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	64

1. INTRODUÇÃO

Este estudo se dedicou à análise histórica do processo de construção da integração regional na África Ocidental, institucionalizado na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Assim, as razões pelas quais essas nações optaram pela integração regional enquanto estratégia para a qualificação da inserção internacional do oeste africano e para a superação do subdesenvolvimento e da dependência foi o objeto de estudo.

Para compreender as condições que levaram à construção de um cenário crítico para as nações africanas, deve-se ter em vista que a chegada dos europeus,

[...] se por um lado marcou a intensificação dos contatos entre as civilizações da Europa e da África, por outro significou o início da desestruturação de sociedades autóctones que haviam criado instituições próprias e que funcionavam com certa estabilidade há muito tempo (PENNA FILHO, 2000, p. 18).

O colonizador trouxe consigo instituições exógenas às nações africanas, tais como o pacto colonial e o racismo institucionalizado que resultou em regimes como o Apartheid e na exploração humana por meio do tráfico internacional de escravos, que perduraram por mais de três séculos. Após a escravidão, houve ainda o domínio físico e a instalação do sistema colonial que atrasou o desenvolvimento das nações africanas.

O processo de descolonização e independência dos países do continente africano, conforme foi analisado em maior profundidade no primeiro capítulo, foi resultado da luta organizada africana, porém, com grande impacto dos ajustes na ordem mundial realizados após a Segunda Guerra Mundial (VISENTINI; RIBEIRO; PERREIRA, 2007). Percebeu-se a descolonização como um processo inevitável e, por conseguinte, as potências buscaram controlar o processo visando institucionalizar novas forma de controle sobre estes novos Estados.

Apesar disto, é inegável que a

[...] descolonização, acentuada após a Segunda Guerra Mundial, coroa um longo processo de resistência e faz o continente como um todo entrar em efervescente período de atividade política, o que resultou, efetivamente, na esperança de dias melhores e na chance de se provar ao mundo a capacidade africana de autodeterminação com iniciativa para gerir os próprios assuntos e promover o bemestar de sua população (PENNA FILHO, 2000, p. 18).

O Sudão foi o primeiro país a tornar-se independente juntamente com a Libéria, Etiópia e a África do Sul em 1956, seguido da Costa do Ouro, atual Gana, em 1957 (VISENTINI; RIBEIRO; PERREIRA, 2007). Entre os anos de 1957 e 1962, vinte e nove novos países haviam

atingido a autonomia formal. Essa gigantesca mudança inaugurou um período de grande otimismo na África.

As jovens nações buscavam aprofundar os laços já existentes com seus vizinhos, principalmente por meio da integração regional, associada com o desenvolvimento econômico, social, liberdade política e recuperação do orgulho africano. Com todos esses fatores somados, o nacionalismo africano aflorava no continente que buscava retomar seu papel de sujeito na construção de sua própria história. A respeito da integração regional africana, cabe destacar que esta

[...] caracterizou-se pela associação formal de países geograficamente próximos e com forte tendência a aproveitar o legado deixado pela era colonial. As primeiras associações efetivaram-se, portanto, em regiões colonizadas por uma mesma metrópole e com algum tipo de vinculação econômica que vinha da era anterior à independência. Isso implicou a manutenção dos laços econômicos entre os países africanos e as ex-metrópoles européias, muito embora o desejo manifesto por vários líderes da África expressasse a idéia de independência total (PENNA FILHO, 2000, p. 20).

Contudo, séculos de intensa exploração dos recursos naturais e humanos desses países — sem o desenvolvimento das condições sociais, tecnológicas, educacionais ou mesmo uma organização territorial que respeitasse as divisões históricas dos reinos africanos —, acompanhados de um processo de descolonização muitas vezes administrado pelos próprios colonizadores, mostraram-se obstáculos que a África até hoje não superou.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as primeiras manifestações populares pela descolonização africana haviam sido reprimidas pela França na revolta na Argélia em 1945 e a insurreição de Madagascar. Diante da escalada do conflito, os movimentos nacionalistas começaram a organizar a luta armada contra as metrópoles. Em 1954, o partido socialista da Argélia criou a Frente Nacional de Libertação (FNL), onde o mesmo foi parte do corpo revolucionário que dirigiu a guerra pela independência em uma luta armada contra a metrópole francesa.

Diante deste cenário e no sentido de aproximar os países africanos, em razão das demandas por integração comercial e econômica, foram gradualmente criadas organizações regionais que viabilizassem a integração nos âmbitos políticos e econômicos como uma forma de cooperação multilateral e até mesmo na busca e apoio a países que ainda não eram independentes. É a partir desse contexto que devemos analisar a criação da organização que é nosso objeto de estudo, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Na África ocidental, a criação da CEDEAO em 1975 deu-se em um momento histórico muito particular, no qual diversas potências disputavam os espaços econômicos do continente africano.

Ao longo da história da África, em particular a parte ocidental, é factível delimitar três grandes fases: uma se refere a das sociedades autóctones e estáveis; outra, de sua fase colonizada pelos europeus, especialmente, pela Inglaterra, França e Portugal; e a fase atual que se iniciou com os movimentos de descolonização e independência dos países africanos após a II guerra mundial do século XX (WANDERLEY; MATA, 2009, p.3)

Assim como em outras iniciativas de integração regional africana, nas quais o objetivo era a promoção do desenvolvimento regional, estabilidade política, integração econômica e desenvolvimento social, os países da África Ocidental também apostaram em um projeto de integração regional como meio para enfrentar tais desafios.

Anteriormente à criação da CEDEAO, o primeiro esforço de integração dos países da África Ocidental ocorreu em 1945, com a criação de uma união monetária que reuniu todos os países francófonos da região na implementação de uma moeda única e oficial entre eles, o franco CFA. Segundo o autor Penna Filho:

Na verdade, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental foi resultado dos esforços de integração regional iniciados na década de 1960. Na gênese da Comunidade, estariam basicamente quatro diferentes iniciativas: a) projeto liberiano, que preparou a Organização Interina para a Cooperação Econômica da África Ocidental; b) Conferência para Coordenação Industrial, realizada em Bamako, capital do Mali, e patrocinada pela Comissão Econômica para África e pela Organização para Agricultura e Alimentação (ECA/FAO-ONU), que visava principalmente o estabelecimento da indústria siderúrgica na região; c) Conferência de Niamey, capital do Níger, igualmente patrocinada pela Comissão Econômica para a África (ECAONU), que objetivou aumentar o alcance da integração econômica regional, ampliando a atuação da Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO), organização então atuante nos ex-territórios franceses; d) a iniciativa conjunta patrocinada pela Nigéria e pelo Togo que finalmente levou à criação da CEDEAO em 1975 (PENNA FILHO, 2000, p. 20).

Após obterem sucesso com a união monetária, em 1964, o presidente da Libéria Tubman propôs uma união econômica dos países da África Ocidental, resultando em um tratado em 1965 entre Costa do Marfim; Guiné; Libéria; e, Serra Leoa. Vale ressaltar que a iniciativa da Libéria em 1964 marca o início da promoção de uma comunidade econômica entre os países da África Ocidental.

A partir dessa iniciativa, em 1968, na Monróvia, ocorreu a Conferência dos Chefes de Estado e Governo dos países da África Ocidental, na qual estiveram presentes nove países e os mesmos discutiram os meios para promoção da cooperação regional, além da promoção da

integração econômica entre si. A partir dessa reunião, foram criadas as bases e o embrião que mais tarde resultaria na criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.

Nem todos os países da África Ocidental estiveram presentes na reunião, limitando o potencial inicial do projeto. Exemplo foi a Costa do Marfim que, dada sua estabilidade econômica e o peso de sua economia (segunda maior economia da região na época), haveria possivelmente acelerado o estabelecimento da futura organização.

Posteriormente à reunião dos presidentes na região, em 1975, sob a influência diplomática da Nigéria e em território nigeriano, quinze Estados da África Ocidental (Benim; Burkina Faso; Cabo Verde; Costa do Marfim; Gâmbia; Gana; Guiné; Guiné-Bissau; Libéria; Mali; Níger; Nigéria; Senegal; Serra Leoa; e, Togo) se reuniram no dia 28 de maio em Lagos e assinaram o Tratado de Lagos, dando oficialmente origem à CEDEAO. Sem muita demora, em julho do mesmo ano o tratado entrou em vigor ao ser ratificado pelo mínimo de sete Estados membros.

O Tratado de Lagos foi previamente limitado a atuar unicamente no âmbito de políticas econômicas, porém, como todo processo de integração, os entraves com a ocorrência de problemas políticos particulares de cada país fizeram que o tratado fosse sujeito a uma revisão que, em 1993, permitiu a expansão do seu âmbito de aplicação e de suas prerrogativas. Nesse sentido, a problemática que guiará este estudo é identificar quais as contribuições da CEDEAO ao processo de desenvolvimento da África Ocidental.

Os acontecimentos que marcaram as transformações e reconfigurações do continente africano ao longo das décadas de 1960 e 1970 — que serão analisados ao longo deste estudo, com reverberações nas décadas posteriores, puderam, em grande medida, conduzir os países a pensar quanto a questão de integração regional, principalmente os países que recém tinham alcançado a independência.

Nesse sentido, este estudo se propôs a analisar se o processo de integração regional da África Ocidental, institucionalizado na CEDEAO, oferece, ao menos institucionalmente, um enquadramento que viabilize a superação dos problemas econômicos, políticos e sociais deixados pelos europeus. Enquanto elemento de referência, adotou-se como hipótese inicial que a integração deve ser considerada uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento regional na África Ocidental e a CEDEAO, mesmo que insuficientemente, oferece um arranjo institucional para este fim.

O método de pesquisa utilizado para o desenvolvimento deste estudo foi o histórico analítico, utilizando-se de fontes secundárias (bibliográficas). Também foram utilizadas fontes primárias (documentais), como os diversos tratados firmados ao longo do processo de

integração da África Ocidental e os pronunciamentos de figurar importantes dos Estados membros.

No que diz respeito à estrutura desta pesquisa, além desta introdução e das considerações finais, o estudo foi dividido em três capítulos, um que visou explorar o processo de colonização, o Pan-Africanismo, o processo de descolonização e os desafios das novas nações independentes — condicionantes históricas fundamentais para se interpretar quase todos os fenômenos africanos; Um segundo que buscou analisar o papel geral das organizações regionais africanas e, por fim, explorar e interpretar o papel da CEDEAO no contexto da África Ocidental.

A presente pesquisa se justifica por propor uma análise histórica do processo de integração surgido na África Ocidental — um processo de integração regional geralmente ofuscado pelo grande número de investigações sobre a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Buscou-se, também, a contribuição para identificar os problemas e dificuldades existentes nos Estados-membros e na organização, procurando compreender a criação da CEDEAO, sua funcionalidade e estrutura, levando em consideração principalmente o contexto sócio-político em que surgiu e os principais entraves para o desenvolvimento de seus Estados-membros.

Igualmente, espera-se que o trabalho sirva de apoio a acadêmicos e para pessoas que se interessem pela temática, possibilitando encontrar nas análises apresentadas as bases e os fatores gerais para o entendimento de alguns dos processos de integração mais bem-sucedidos do continente africano, tendo a CEDEAO, além de seus Estados membros, como objeto de estudo.

1.1 UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

Propõe-se aqui apresentar os aspectos teóricos utilizados na presente pesquisa, em duas partes, que se complementam: na primeira, discutem-se as principais teorias da integração regional; na segunda, se analisa os elementos que incorporam a interpretação institucionalista da integração regional, que será usada para analisar o processo histórico e político da CEDEAO mais adiante.

Dentre os conceitos de integração regional, acredita-se tratar de “[...] um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional” (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 168). Este processo pode ser ou não instrumentalizado com uma organização internacional. Ernest Haas (1958, p. 10) oferece Outra visão possível sobre

integração regional é: “[...] integração política é o processo pelo qual atores mudam suas lealdades, expectativas e atividades políticas em direção a um novo centro, cujas instituições possuem ou demandam jurisdição sobre os Estados nacionais preexistentes”¹ (HAAS, 1958, p. 10, tradução nossa).

Segundo Nye (2002), o sucesso de um processo de integração depende de alguns fatores. A igualdade econômica entre os participantes reduz as preocupações com a distribuição do custo do processo; a complementaridade entre as elites facilita o diálogo e a coordenação; a participação de diferentes grupos de interesse no processo enraíza a mentalidade cooperativa; e a capacidade de adaptação dos Estados membros mostra-se necessária para a superação dos desafios.

A continuidade do processo, por sua vez, depende das percepções dos agentes envolvidos, sendo que o ILI (Institucionalismo Liberal-Internacionalista) atribui foco para a percepção dos governos. A percepção a respeito da distribuição dos benefícios (quanto mais equitativos, melhor); a percepção comum acerca de fatores externos (de todas as naturezas); e, a percepção quanto aos custos da integração (quanto mais baixo, melhor), são os elementos que afetam a continuidade do processo (ALMEIDA, 2015, p. 41).

Do ponto de vista empírico, são várias as etapas de integração regional, começando pelos Acordos Preferenciais, as Zonas de Livre Comércio, as Uniões Aduaneiras, as Uniões Econômicas, além dos Mercados Comuns e das Uniões Monetárias. Podendo estas serem acompanhadas de uma agenda política, tais etapas dos processos integrativos foram e são objeto de discussão acadêmica, especialmente da ciência política e por abordagens mais recentes da economia política internacional. Trata-se, portanto, de um tema de estudo que perpassa diferentes agendas de pesquisa. Em Ciência Política, o regionalismo é objeto de uma agenda intensa de pesquisa, e geradora de um referencial indispensável à compreensão e análise do tema.

O estudo da integração econômica internacional afirma-se e sistematiza-se após a Segunda Guerra Mundial, passando a constituir-se como um ramo autônomo da economia internacional. Ainda no decurso da Segunda Guerra Mundial foi reconhecido o insucesso do isolacionismo, quer no plano econômico, quer no plano político e a necessidade de se caminhar com determinação para a criação de condições que levassem ao comércio mais livre, através de instituições internacionais que promovessem não apenas a abolição de barreiras, mas também o maior equilíbrio entre os países e a multilateralização dos pagamentos internacionais. O termo

¹ “[...] political integration is the process whereby actors shift their loyalties, expectations, and political activities toward a new center, whose institutions possess or demand jurisdiction over preexisting national states”.

integração econômica somente depois de 1950 adquiriu maior precisão, significando o processo voluntário de crescente interdependência de economias separadas. Neste sentido, o processo de integração econômica pressupõe medidas que conduzem à supressão de algumas formas de discriminação (BALASSA, 1961).

A primeira contribuição para a análise da integração econômica internacional é atribuída a Jacob Viner com o seu trabalho de 1950 sobre as uniões aduaneiras, embora Haberler (1936) e Gregory (1921) tenham sido os precursores do estudo das uniões aduaneiras (Ferreira, 1997). Antes do trabalho de Viner, as análises econômicas da integração baseavam-se na teoria das vantagens comparativas, levando a que se considerasse que os acordos regionais eram benéficos tanto para países membros como para países não membros e que tais acordos produziam muitas das consequências da liberalização global do comércio. Pensava-se que toda a integração regional proporcionava aumentos nas trocas comerciais e no bem-estar mundial.

Neste sentido, diversos outros autores vão buscar analisar as principais características da regionalização e seus objetivos. Em geral, percebe-se que a regionalização possui dois formatos básicos, segundo Hoffman e Herz (2004): o regionalismo aberto e o fechado. O primeiro se relaciona com os movimentos integracionistas a partir das décadas de 1970 e 1980 até a atualidade, no sentido em que é permeado por uma lógica instrumental. Deste modo, a integração busca melhorar a inserção dos países no bloco na economia internacional. Já o segundo modelo, foi seguindo até a década de 1970, em geral, tendo como objetivo a promoção do desenvolvimento do parque industrial dos países membros, para posteriormente melhorar sua inserção internacional. Neste sentido, segue uma linha de pensamento desenvolvimentista cepalino, no qual o bloco busca proteger os membros de terceiros, enquanto fomenta o desenvolvimento industrial. A partir dessa divisão, pode-se perceber que o movimento de integração regional está muito ligado às questões relacionados ao desenvolvimento econômico em um ambiente internacional competitivo.

Visando analisar a CEDEAO, uma Organização Intergovernamental (OIG) que visa a promoção da integração regional da África Ocidental, a partir do arcabouço das Teorias das Relações Internacionais, faz-se necessário o uso das ferramentas teóricas oferecidas pelo Institucionalismo Liberal-Internacionalista (ILI) por ser a corrente teórica que mais dedicou-se à análise dos fenômenos cooperativos e institucionais no sistema internacional. A seguir, dedica-se um breve espaço às suas principais considerações.

O institucionalismo, perspectiva teórica desenvolvida no pós-Segunda Guerra Mundial, possui três características essenciais:

[...] primeiro, o ILI assevera o fato de que instituições multilaterais em conjunto com regimes internacionais normatizam a conduta externa dos Estados; segundo, o ILI sintetiza a importância da boa-fé, da transparência discursiva e da ação democrática como prática aceita e amplamente debatida nos fóruns internacionais; e, por fim, o ILI se fundamenta na necessidade de multilateralidade participativa dos Estados que estão posicionados em um patamar de isonomia e coordenação (CASTRO, 2012, p. 356).

Assim, cabe destacar a principal perspectiva da Escola Institucionalista, segundo a qual “[...] as variações na institucionalização da política mundial exercem significativo efeito no comportamento dos governos”² (KEOHANE, 1993, p. 14, tradução nossa), visto que os governos “[...] podem entender os modelos de cooperação e conflito apenas no contexto das instituições que ajudam a definir o sentido e importância da ação do Estado”³ (KEOHANE, 1993, p. 14, tradução nossa).

Contudo, é importante destacar a Escola Institucionalista não presume que as instituições internacionais determinam as ações estatais, e estes teóricos também não excluem a importância dos cálculos de variações relativas no poder no processo de tomada de decisões dos atores internacionais (MARTIN; SIMMONS, 1998; KEOHANE, 1993). Os teóricos desta corrente atribuem importância aos arranjos institucionais que existem em determinado momento no sistema internacional, na medida em que influenciam:

O fluxo de informações e as oportunidades de negociar; a capacidade dos governos para controlar a submissão dos demais e para colocar em prática seus próprios compromissos; daí a sua capacidade de firmar, em primeiro lugar, compromissos credíveis; e, as expectativas prevaletentes a respeito da solidez dos acordos internacionais⁴ (KEOHANE, 1993, p. 15, tradução nossa).

Além disto, não pressupõem que a cooperação internacional é fácil de ser realizada ou mantida, assumem o contrário (MARTIN; SIMMONS, 1998). Tendo estas dificuldades em vista, defendem que “[...] a capacidade de comunicação e cooperação dos Estados depende das instituições criadas pelo homem”⁵ (KEOHANE, 1993, p. 15, tradução nossa).

A partir da leitura de Keohane (1993), Tellechea (2015) resume as instituições internacionais em três grupos conceituais:

² “[...] las variaciones en la institucionalización de la política mundial ejercen significativo efecto en el comportamiento de los gobiernos”.

³ “[...] pueden entender los modelos de cooperación e discordia sólo en el contexto de las instituciones que ayudan a definir el sentido y importancia de la acción del Estado”.

⁴ “El flujo de información y las oportunidades de negociar; la capacidad de los gobiernos para controlar la sumisión de los demás y para poner en práctica sus propios compromisos; de allí su capacidad para tomar, en primer término, compromisos creíbles; y, las expectativas prevaletentes acerca de la solidez de los acuerdos internacionales”.

⁵ “[...] la capacidad de los Estados para comunicarse y cooperar depende de las instituciones hechas por el hombre”.

- 1) Organizações Intergovernamentais Formais ou Não Governamentais Internacionais. São entidades úteis, capazes de controlar a atividade e reagir a ela. São deliberadamente estabelecidas e desenhadas pelos Estados. São organizações burocráticas com regras explícitas e atribuições específicas de regras a indivíduos e grupos.
- 2) Regimes Internacionais. São instituições com regras explícitas, nas quais os governos concordaram ser pertinentes dado um conjunto específico de temas das relações internacionais. Conforme Oran Young (1983, p. 99 apud KEOHANE, 1993, p. 17) constituem “ordens negociadas”. O exemplo mais claro seria o regime monetário internacional estabelecido em Bretton Woods, em 1944. ^[1]_{SEP}
- 3) Convenções. São instituições informais, com regras e entendimentos implícitos, que configuram as expectativas dos agentes. Permitem a estes últimos se entenderem e, sem regras explícitas, coordenarem seus comportamentos. As convenções são adequadas para conjunturas de coordenação, onde convém ao interesse de todos se comportarem de forma particular, na medida que os demais também o façam (TELLECHEA, 2015, p. 26).

A importância desta abordagem está em

Primeiro, os agentes devem possuir alguns interesses mútuos: ou seja, devem obter benefícios potenciais de sua cooperação. Na ausência de interesses mútuos, a perspectiva neoliberal da cooperação internacional seria tão carente de importância como uma teoria neoclássica de comércio internacional em um mundo sem ganancias potenciais a partir do comércio. A segunda condição para a importância de um enfoque institucional é que as variações no grau de institucionalização exercem efeitos substanciais no comportamento do Estado. Se as instituições da política mundial forem fixas, de uma vez e para sempre, não teria sentido sublinhar as variações institucionais para dar conta de variações no comportamento dos agentes ⁶ (KEOHANE, 1993, p. 15, tradução nossa).

A principal conclusão institucionalista é que a influência sobre as decisões dos Estados — por meio de incentivos e por meio da influência na própria definição dos interesses e do papel dos agentes estatais — é a raiz da importância das instituições internacionais (CASTRO, 2012; KEOHANE, 1993; MARTIN; SIMMONS, 1998). Ou seja, “[a]s instituições internacionais permitem que os Estados tomem ações que, de outra forma, seriam inconcebíveis [...]”⁷ (KEOHANE, 1993, p. 20, tradução nossa).

Dentre as formas de influência sobre as ações dos atores internacionais destaca-se o alto custo de ações não institucionalizadas (KEOHANE, 1993). Porém, o lado negativo desta

⁶ “Primero, los agentes deben tener algunos intereses mutuos: es decir, deben obtener beneficios potenciales de su cooperación. En ausencia de intereses mutuos, la perspectiva neoliberal de la cooperación internacional sería tan carente de importancia como una teoría neoclásica del comercio internacional en un mundo sin ganancias potenciales a partir del comercio. La segunda condición para la importancia de un enfoque institucional es que las variaciones en el grado de institucionalización ejercen efectos sustanciales en el comportamiento del Estado. Si las instituciones de la política mundial fueran fijas, de una vez y para siempre, no tendría sentido subrayar las variaciones institucionales para dar cuenta de variaciones en el comportamiento de los agentes”.

⁷ “[l]as instituciones internacionales les permiten a los Estados tomar acciones que, de otra forma, serían inconcebibles [...]”. ⁸ “[a]cuertos altamente institucionalizados pueden osificarse, encapsularse o volverse poco importantes. [...] De igual forma, las prácticas que no están altamente institucionalizadas pueden ser de suprema importancia, en la medida en que suministren la base de interpretación de la acción en toda la política mundial”.

economia é a possibilidade de promover a manutenção do *status quo*, o que explica a busca de potências pela institucionalização de sua liderança (MARTIN; SIMMONS, 1998).

Contudo, o grau de institucionalização de uma instituição internacional não equivale ao seu poder de influência nos atores internacionais. E o elevado grau de institucionalização também não deve ser confundido com elevado grau de eficiência. Afinal,

[a]rranjos altamente institucionalizados podem solidificar-se, encapsulando e assumindo pouco importância. [...] Da mesma forma, as práticas que não são altamente institucionalizadas pode ser de suma importância, uma vez que fornecem a base para a interpretação da ação em toda a política mundial⁸ (KEOHANE, 1993, p. 22, tradução nossa).

A respeito da distribuição dos ganhos na cooperação internacional, institucionalistas argumentam que, ao contrário do que os realistas assumem, é justamente a distribuição dos ganhos que torna as instituições internacionais importantes (KEOHANE; MARTIN, 1995). Afinal, dependendo do número de agentes envolvidos no arranjo cooperativo e o nível de institucionalização deste arranjo, existe a possibilidade de impor sanções àqueles que desistem de cooperar ou que buscam ganhos sem custos (“os caronas”).

A crítica realista ao institucionalismo também destaca a falta de informações sobre os resultados de processos de cooperação (MEARSHEIMER, 1994). Em outras palavras, os Estados escolhem não cooperar em áreas da alta política por falta de informações e por medo de o parceiro ganhar mais.

Contudo, assim como as instituições podem mitigar os temores de fraude e assim permitir o avanço da cooperação, elas podem aliviar os temores de ganhos desiguais de cooperação. [...] As instituições podem facilitar a cooperação ajudando a resolver os conflitos distributivos e assegurando aos estados que os ganhos são divididos uniformemente ao longo do tempo, por exemplo através da divulgação de informações sobre as despesas militares e as capacidades dos membros de uma aliança militar⁸ (KEOHANE; MARTIN, 1995, p. 45, tradução nossa).

Próxima à teoria institucionalista, desenvolveu-se na década de 1950 a teoria neofuncionalista, cujo principal autor é Ernest Haas. O conceito *spillover* está no centro das ferramentas teóricas institucionalistas (MAIOR; TORRES, 2013). Além disso, o *spillover* possui três dimensões: a funcional, a cultural e a política.

⁸ “Contudo, assim como as instituições podem mitigar os temores de fraude e assim permitir o avanço da cooperação, elas podem aliviar os temores de ganhos desiguais de cooperação. [...] As instituições podem facilitar a cooperação ajudando a resolver os conflitos distributivos e assegurando aos estados que os ganhos são divididos uniformemente ao longo do tempo, por exemplo através da divulgação de informações sobre as despesas militares e as capacidades dos membros de uma aliança militar”.

A primeira diz respeito aos ganhos econômicos que geram a transferência de expectativas e de atividade política das elites nacionais à nova entidade supranacional conforme as vantagens da cooperação ficam claras às elites (NIEMANN; SCHMITTER, 2009). O *spillover* cultural refere-se à propaganda da proposta integracionista por meio dos funcionários das organizações intergovernamentais.

E, por fim, a última dimensão refere-se ao papel das elites nacionais na promoção da integração por enxergarem custos menores para as soluções de problemas compartilhados regionalmente (NIEMANN; SCHMITTER, 2009). Em outras palavras,

Pela virtude de sua participação no processo de formulação de políticas de integração de uma comunidade, supõem-se que grupos de interesse e outros participantes "aprendem" sobre as recompensas de tal envolvimento e passam por mudanças de atitude que os inclinam favoravelmente na direção do sistema integrativo⁹ (MARTIN; SIMMONS, 1998, p. 735, tradução nossa).

Neste sentido, pode-se dizer que o avanço de um processo de integração é retroalimentado, visto que, simplesmente, “[...] as interdependências econômicas e funcionais conduzem a mais integração” (MAIOR; TORRES, 2013, p. 104).

Após esta breve análise sobre as principais teorias da integração regional e sobre os elementos que incorporam a interpretação institucionalista da integração regional — ferramentas teóricas que foram utilizadas nas considerações desta pesquisa sobre a CEDEAO, analisou-se a seguir o contexto histórico que levou à construção dos processos de integração africanos.

2. O CONTINENTE AFRICANO: DA COLONIZAÇÃO AO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA

Ao estudar-se o continente africano em geral, e também seus processos de integração, necessariamente passa-se pela análise da construção do Estado moderno na região. Ao longo da história da construção dos Estados africanos é clara a influência das antigas metrópoles, que legaram as estruturas administrativas adotadas pelos novos países independentes, além dos

⁹ “By the virtue of their participation in the policymaking process of an integrating community, interest groups and other participants were hypothesized to “learn” about the rewards of such involvement and undergo attitudinal changes inclining them favorably toward the integrative system”.

impactos decorrentes da exploração europeia. Neste sentido, devemos retornar ao início da colonização para compreender o cenário em que a CEDEAO surgiu e se desenvolveu.

Tomando-se como marco cronológico a Conferência de Berlim¹⁰ (1885), a Conferência de Bandung¹² (1955) e o Ano Africano¹¹ (1960), o domínio colonial clássico no continente africano perdurou por aproximadamente 75 anos. Os impérios coloniais praticamente submeteram ou cooptaram as resistências tradicionais ou "modernizantes", distribuíram o continente e transfiguraram seu perfil (VISENTINI; RIBEIRO; PERREIRA, 2007). O grande marco da expansão colonial europeia em direção à África foi a Conferência de Berlim (1885), na qual foram estabelecidos os termos para que os exploradores europeus reconhecessem seus domínios mutuamente (DÖPCKE, 1999).

As necessidades e o nível de desenvolvimento destas potências colonizadoras diferiam entre si — determinando a reorganização da geografia política africana, porém, o fator em comum é que a reorganização visava unicamente facilitar o transporte de mercadorias e escravos para o mercado metropolitano, unindo e separando economias, sociedades e povos (DÖPCKE, 1999). A Conferência de Berlim é referenciada como início da partilha do continente africano e utilizada como verdade absoluta em que a finalidade desta foi, unicamente, para tratar da partilha do território entre as grandes potências. Evidentemente a conferência em si marcou o início do debate acerca dos territórios africanos e de sua distribuição entre as potências, porém, deve-se destacar que a razão inicial da Conferência de Berlim era decorrente da recusa da Alemanha e da França em reconhecer o Tratado Anglo-Português de junho de 1884, no qual constava que a Inglaterra reconhecia as constantes reivindicações de Portugal de exercer sua hegemonia sobre a região do Congo (VISENTINI; RIBEIRO; PERREIRA, 2007).

Segundo Döpcke (1999), a Inglaterra tinha como objetivo estratégico transformar as posses coloniais portuguesas em barreiras que pudessem conter qualquer tipo de investida

¹⁰ Conferência de Berlim foi realizada em 19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, teve como principal objetivo organizar através de regras, a ocupação do continente africano pelas potências coloniais. Foi organizada pelo Chanceler alemão Otto Von Bismarck e estavam presentes a Grã-Bretanha, França, Espanha, Portugal, Itália, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Estados Unidos, Suécia, Áustria-Hungria e Império Otomano. ¹² Conferência de Bandung foi realizada entre 18 e 24 de abril de 1955, reuniu vinte e nove (29) Estados asiáticos e africanos. Estes se juntaram em defesa do não alinhamento e do princípio da autodeterminação dos povos. A conferência de Bandung foi um marco significativo no processo de descolonização, além da constituição do Movimento dos Países Não-alinhados.

¹¹ O Ano Africano (1960) ficou conhecido dessa forma, pois foi o momento no qual a maioria dos países do continente conseguiu alcançar a independência.

colonial de outros Estados, principalmente a França. A respeito do interesse alemão, cabe destacar que:

Bismarck definiu claramente no seu discurso de abertura as três metas da Conferência: a garantia de liberdade de comércio e da navegação nos rios do Congo e Níger e a conclusão de um acordo sobre os critérios de futuras anexações na África. Bismarck deixou claro que a Conferência não trataria de questões de soberania, isto é, da partilha territorial da África ou de reivindicações territoriais. Os dois primeiros pontos de discussão, podemos argumentar eram mais anti-coloniais que coloniais. Procediam do liberalismo comercial e se destinavam contra o monopólio do comércio colonial. O terceiro ponto criou uma resolução contraditória, que foi ultrapassada pela realidade, já na época da conferência (DÖPCKE, 1999, p. 83).

A partir destas observações, compreende-se que somente após a Conferência de Berlim as fronteiras africanas e suas diferentes áreas de influência foram artificialmente estabelecidas, segundo os interesses das potências coloniais, por meio de acordos bilaterais. A maioria desses acordos só foi efetivamente concluída no ano de 1890, dentre estes os principais foram: acordos germano-britânicos de 1886 (referente à África Ocidental) e 1890, acordo anglo-italiano de 1891, acordo franco-luso (1886), o acordo anglo-luso de 1890, Convenção franco-britânica de 1898 (referente ao Egito e Sudão) e por fim a Convenção da Nigéria (Oeste da África).

A respeito do que se conhece genericamente sobre a divisão do continente africano, cabe ressaltar que o papel da Conferência de Berlim na delimitação das fronteiras e áreas de ocupação europeia foi muito limitado e, ao contrário do que muitos historiadores se recusam a reconhecer, o respeito às fronteiras coloniais durante a transferência de poder político do sistema colonial para os Estados independentes na África não representou um automatismo, e sim um resultado de um processo político complexo que articulava várias alternativas e opções (DÖPCKE, 1999). Ainda discutindo o tema das fronteiras africanas e os mal-entendidos históricos em torno delas, é fundamental lembrar que as fronteiras africanas são apontadas tanto nos discursos acadêmicos, quanto na opinião pública como um dos fatores pioneiros pela instabilidade política e pelos conflitos no continente. Porém, ao estudarmos a história do continente desde a época colonial até o pós-colonial, claramente percebe-se que na verdade muito dos fatores que geram e ainda influenciam a instabilidade política dentro do continente, são reflexos de diversas estruturas econômicas, políticas e sociais impostas pelas antigas potências colonizadoras. As fronteiras artificiais, apesar de contribuírem para o agravamento da situação, não são o único e nem o fator mais preponderante para as crises africanas (VISENTINI; RIBEIRO; PERREIRA, 2007).

No debate sobre os conflitos políticos na África contemporânea, comumente destaque o papel das fronteiras e suas origens coloniais como uma das principais vertentes. Entretanto, este discurso, dominado por cientistas políticos, recorre frequentemente a

estereótipos e mitos e se recusa a reconhecer a complexidade do assunto, especialmente na sua dimensão histórica (DÖPCKE, 1999, p. 78).

Anteriormente à invasão do continente africano, já existiam diferentes tribos, grupos étnicos e culturais vivendo sob o mesmo território, pertencendo a um mesmo império e com suas formas de organizações políticas características.

O que, então, as fronteiras pré-coloniais separavam? É essencial compreender que elas separavam entidades políticas, de tamanho muito variado, e não entidades culturais, lingüísticas ou étnicas. Em regra, as entidades políticas, sejam elas pequenas chefias ou grandes impérios, eram menores ou maiores do que as identificações étnicas ou culturais. Assim, as pequenas chefias se espalharam em um contínuo cultural sem limites perceptíveis, como no planalto zimbabuano. Também, as fronteiras dos grandes Estados ou impérios nunca englobaram apenas uma etnia, língua ou grupo cultural. **Eram máquinas de integração de grupos, sociedades, chefias de diversas origens, tradições, línguas etc.** Os grandes Estados, seja Old Oyo, Ashanti, Songhai na África Ocidental, os chamados impérios secundários do século XIX na África Oriental, os Ndebele, Zulu ou Sotho na África Austral, todos estes Estados integravam grupos diferentes em termos de descendência, cultura, língua etc. A etnicidade poderia ter tido certa importância, mas não para definir a “identidade” do Estado, que era definida politicamente, e sim para estruturar a hierarquia interna (DÖPCKE, 1999, p. 81, **grifo nosso**).

Anteriormente à partilha da África e a invasão europeia no continente, a África pré-colonial desconhecia a existência de Estados Nacionais, que

Em uma concepção original, Estado é definido como um conjunto de instituições, composto por um governo, forças armadas/militares e demais órgãos públicos que gerem uma nação. Nesta concepção, estes órgãos têm como função tornar o Estado soberano, ou seja, independente para gerir seus próprios problemas e desafios. Além destas funções, o Estado tem o papel de garantir o bem-estar de seu povo, dando a assistência necessária e garantindo sua segurança. (WEBER, 1999)

A partir desse ponto fundamental, pode-se mensurar a dificuldade enfrentada pelas elites africanas para instituir seus Estados.

A respeito da organização política pré-colonial, dentro do continente africano conviviam diversas sociedades autóctones com suas formas distintas de organização, como impérios e tribos (REIS, 2007; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). As fragmentações políticas e sociais, derivadas das diversas tribos; etnias; grupos lingüísticos; e, costumes, eram outra característica marcante da África pré-colonial (DOPCKE, 1999). Quanto aos tipos de colonização utilizados pelos exploradores europeus, serão apresentados a seguir.

2.1 MECANISMO E FORMAS DE COLONIZAÇÃO NO CONTINENTE AFRICANO: UMA NOTA

Retornando ao histórico do processo de colonização da África, após sucessivos acordos posteriores à Conferência de Berlim, finalmente a África foi completamente dividida entre as potências europeias, que empregaram diversas formas de ocupação do continente e variados métodos para gerenciar suas colônias. Naturalmente, as características de cada potência influenciaram diretamente na forma de controle, administração e instauração de suas colônias, principalmente no que tange a imposição cultural e a forma de doutrinação da população africana. Porém, antes de analisar cada um dos tipos de colonização aplicados na África, faz-se necessário compreender os conceitos que foram utilizados para legitimar a exploração do povo africano.

De forma geral, pode-se dizer que

A justificativa que legitimava esse processo era fornecida por um conjunto de ideologias imperialistas que predicavam a superioridade e o direito de dominação dos europeus e a superioridade e a naturalidade da subordinação e da exploração dos africanos (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007, p. 67).

As ideologias imperialistas utilizadas para legitimar o processo de dominação do povo africano podiam assumir formas distintas e com caráter de doutrinas filantrópicas, pragmático utilitaristas, social-darwinistas e até mesmo racistas (BRITO, 2013; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Todas essas formas tinham suas características particulares, porém, com uma finalidade em comum todas tentavam justificar o motivo, meio e forma pelo qual a dominação era feita.

A doutrina filantrópica legitimava a dominação com base na falsa generosidade (FREIRE, 1979); a dominação como forma de civilizar — eliminando a barbárie (BRITO, 2013; CANEDO, 1992; VISENTINI, 2017). As pragmático-utilitaristas justificavam a dominação como um "mal que vem para o bem", uma vez que as metrópoles transferiam alguns recursos que as colônias não possuíam acesso (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007).

O darwinismo social, por sua vez, extrapolou o significado da luta pela sobrevivência das espécies, encontrando assim um elemento para legitimar as relações de exploração vigentes na época (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Tal ideologia basicamente, se apoiando em uma interpretação limitada do processo de seleção natural (GOODWIN, 2010; KROPOTKIN, 2009), postulava que a espécie mais forte teria o direito de se beneficiar daquelas mais fracas.

Por fim, destaca-se uma ideologia que, não apenas legitimou a exploração dos povos africanos, mas também foi institucionalizada no Apartheid, um dos maiores e piores regimes segregacionistas no continente. O racismo justificou a exploração da África com base em uma suposta hierarquia entre as etnias humanas, algumas mais desenvolvidas e outras menos desenvolvidas. Natural seria, portanto, que as raças superiores se beneficiassem das raças inferiores. Além disso, dentro da ideologia racista, ainda haviam vertentes que adotavam algo próxima à doutrina do Destino Manifesto e do “fardo do homem branco”, que faziam uso de mitos religiosos para legitimar a conquista, a dominação e a exploração das raças que não foram abençoadas pelo deus cristão (CANÊDO, 1992; VISENTINI; RIBEIRO; PERREIRA, 2007).

Durante a colonização, a dominação efetiva do continente em nível territorial e ideológico acabou por gerar guerras de conquista territorial e a consequente submissão dos africanos.

Os profetas imperiais visavam a explorar economicamente o continente e adaptá-lo a nova divisão internacional do trabalho como região periférica e subordinada. A riqueza produzida como o atendimento da demanda de minerais, matérias-primas e gêneros tropicais da nova sociedade fabril, monopolista e urbanizada devia ser acumulada na metrópole e garantir lucro, custo de produção além de reservas que possibilitassem a liberdade de ação e produção das potências imperialistas. Para isso, era necessário submeter território e populações, reorganizar a produção, o sistema de propriedade e obrigar a população ao trabalho orientado pelos novos objetivos e volumes de produtos (VISENTINI; RIBEIRO; PERREIRA, 2007, p. 66).

Este processo de desapropriação da economia, do tempo, da cultura e das condições de vida dos povos que ali viviam, acabou resultando em rebeliões e resistências, principalmente nas sociedades que não tinham qualquer tipo de organização estatal (PENNA FILHO, 2000; SILVÉRIO, 2013). Apesar das intensas rebeliões, guerras de resistência em oposição a essas transformações, os africanos não tiveram chances contra os colonizadores, uma vez que a superioridade tecnológica e militar foram fatores determinantes no sucesso da implementação e manutenção da colonização.

Assim, a partir das normas e acordos estipulados pela Conferência de Berlim para o processo de ocupação e expansão dos europeus no continente africano, foram desenvolvidas inúmeras formas e meios de dominação, com diferentes características correspondentes aos mecanismos de apropriação territorial, assim como os objetivos específicos de cada potência colonizadora e suas configurações políticas de organização. Essa diversidade era determinada, sobretudo, pelos tipos de estruturas políticas e socioeconômicas características dos povos colonizados e, principalmente, pelo nível de desenvolvimento capitalista nos países colonizadores.

A característica fundamental dos sistemas de dominação era a apropriação da soberania dos Estados, ou das sociedades africanas, por parte dos colonialistas, e a subordinação do território às autoridades metropolitanas e seus representantes (VISENTINI; RIBEIRO; PERREIRA, 2007, p. 68).

Pode-se caracterizar e distinguir duas formas principais de colonização: as colônias de povoamento ou enraizamento e as colônias de exploração ou enquadramento. As colônias de povoamento, em linhas gerais, eram caracterizadas pela imposição de uma minoria de população europeia numericamente significativa dentro do território dominado (CASTELO, 2007; ELKINS; PERDERSEN, 2005). Esta minoria assumia total controle político e instituíu a camada dominante, em todos os âmbitos possíveis.

Por sua vez, as colônias de exploração se caracterizavam de forma diferente.

Nas colônias de exploração, a presença do colonizador manifesta-se essencialmente por meio de um enquadramento militar e policial e de uma estrutura administrativa de cúpula. O número de colonos nelas instalado é pequeno, insuficiente para aí desempenhar um papel político de caráter autonomista. Os europeus não se apropriam substancialmente das terras dos africanos, em mãos de quem permanece a maior parte da produção agrícola, inclusive a de exportação. Assim sendo, os colonos não têm interesses divergentes dos da metrópole. Dela dependem inteiramente por serem, em sua maioria, funcionários do governo ou das grandes companhias coloniais. Não se enraízam na colônia. Cumprem um contrato temporário e geralmente voltam para a metrópole ou circulam por outros territórios do "ultramar" (CONCEIÇÃO, 2006, p. 41).

Na prática, observavam-se duas formas padrões quanto à organização e administração das colônias: a dominação direta e a dominação indireta. Essas destacam em importância quanto aos mecanismos de estruturação imperial e de governo provincial, consideradas muito mais efetivas do que as relações locais com a população subordinada na instalação e funcionamento das colônias. Porém, frequentemente havia uma associação dos dois métodos. Um exemplo dessa associação foi empregado pelo império britânico, que possuía colônias dispersas na África Ocidental e agrupadas na Oriental, apresentavam.

Além disso, é importante mencionar que o modelo de dominação exerceu grande influência no processo de descolonização.

Essas variedades administrativas dos impérios coloniais, a inserção das colônias na economia mundial e a existência ou não de colonos e interesses no local determinaram a variedade de modelos de descolonização. Esses abarcaram da pura e simples retirada até a guerra de libertação (VISENTINI; RIBEIRO; PERREIRA, 2007, p. 86).

Na administração indireta, os colonizadores exerciam sua autoridade por meio do controle sobre os governos anteriormente submetidos pela força militar. Ou seja,

No caso do governo indireto, a autoridade colonial possui poderes dominantes, mas é desenvolvido na província do império organismos intermediários para aconselhar, e posteriormente, legislar. Tais conselhos envolviam, ao longo do período, uma série de organismos designados. Quando havia eleições, sempre a maioria era constituída por funcionários e colonos. Neste caso, a relação direta com a população dava-se através de chefes nativos subsidiados pelo império, que permaneciam com alguns direitos tradicionais. No entanto, o desrespeito às determinações da autoridade leva à sua substituição por elementos mais dóceis (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007, p. 69).

Uma vez estabelecida a dominação indireta, os europeus expropriavam excedentes de produção da mão de obra camponesa e cobravam tributos. Vale ressaltar que esses tributos, além de assumirem valores desproporcionais à situação das populações colonizadas, não geravam retornos em qualidade de vida para essa população, já que grande parte era remetida diretamente às metrópoles (ADU BOAHEN, 2010).

Dessa forma, pode-se verificar que as classes dominantes africanas perdiam não somente a sua autonomia política, com a subordinação de seus chefes e o domínio de seus territórios, mas também perdiam o controle de suas economias. Enquanto isso, na administração direta, utilizada na maioria das colônias de povoamento (principalmente em colônias portuguesas, belgas e francesas), os colonizadores exerciam sua autoridade direta sobre as sociedades de determinado território, sem qualquer intermédio de aliança com chefes locais, com exceção de pequenos chefes africanos no interior do país (BELLUCCI, LAMY, 2007; CONCEIÇÃO, 2006). Estes, quando relutavam e não se submetiam completamente ao sistema colonial da metrópole, imediatamente eram substituídos.

Na administração direta, o Estado metropolitano não se preocupava em instituir organismos intermediários nas províncias.

O representante da autoridade imperial governa com plenos poderes executivo e legislativo e deve, no caso francês, subordinar-se às determinações emanadas do Parlamento de Paris. Os representantes locais são constituídos por funcionários coloniais e as relações com a população são estabelecidas através de chefes nativos (substituídos conforme os interesses de estabilização) transformados em funcionário. Todos os administradores possuem poderes discricionários. A colônia ou protetorado não possui organismos intermediários de legislação ou de aconselhamento. A administração organizada em forma de árvore é hierarquizada, e os representantes metropolitanos cumprem funções administrativas, policiais e judiciárias (VISENTINI; RIBEIRO; PERREIRA, 2007, p. 69).

A África Ocidental é uma região localizada na parte Oeste do Continente Africano, incluindo os países da costa oriental do Oceano Atlântico, e alguns que compartilham a parte ocidental do deserto do Saara. Os países que compõem a respectiva região são Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Tabela 1: Países da África Ocidental

País	Independência	Capital	Moeda	População	Área (Km ²) Milhões	PIB (US\$) Bilhões
Benim	1960	Porto Novo	Franco CFA	11.038.805	112.622	US\$ 23.59
Burkina Faso	1960	Uagadugu	Franco CFA	20.107.509	274.200	US\$ 32.83
Cabo Verde	1975	Praia	Escudo CaboVerdiano	560.899	4.033	US\$3.54
Costa do Marfim	1960	Yamoussoukro	Franco CFA	24.184.810	322.463	US\$ 87.8
Gâmbia	1965	Banjul	Dalasi	2.051.363	11.300	US\$ 3.427
Gana	1957	Acra	Cedi	27.499.924	238.533	US\$ 121.7
Guiné	1958	Conacri	Franco-Guineense	12.413.867	245.857	US\$ 16
Guiné-Bissau	1973	Bissau	Franco CFA	1.792.338	36,125	US\$ 2.878
Libéria	1847	Monróvia	Dollar liberiano	4.689.021	111.369	US\$ 3.762
Mali	1960	Bamaco	Franco CFA	17.885.245	1.240.19 2	US\$ 38.11
Mauritânia	1960	Nouakchott	Ouguiya	3.758.571	1.030.70 0	US\$ 16.42
Níger	1960	Niamey	Franco CFA	19.245.344	1.267.00 0	US\$ 20.14
Nigéria	1960	Abuja	Naira	190.632.26 1	923,768	US\$ 1.091.22 7
Senegal	1960	Dakar	Franco CFA	14.668.522	196,722	US\$ 39.69
Serra Leoa	1961	Freetown	Leone	6.163.195	71,740	US\$ 10.76
Togo	1960	Leomé	Franco CFA	7,965,055	56,785	US\$ 11.64

Fonte: CIA World Factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/appendix/appendix-d.html>>. Acesso em 01 de novembro de 2017.

Como podemos ver na tabela acima, feita a partir de dados do Banco Mundial (2016) e da CIA (2016), os países que compõe a região da África ocidental possuem alguns pontos semelhantes que já distinguem uma integração monetária entre alguns países, como podemos perceber no caso da moeda Franco CFA, caracterizada moeda oficial de Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo. Vale ressaltar que todos os países, fazem parte da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEDEAO), exceto Mauritânia que se retirou em 2002.

Foi a partir de uma tentativa inicial de integração, com uma união monetária entre os países da África Ocidental, amadurece a ideia/necessidade de integração e que posteriormente, culminaria na criação da CEDEAO. Outro ponto semelhante que devemos destacar, são os antigos colonizadores que administravam esses países antes de sua independência, e que influenciaria posteriormente, diretamente na forma de descolonização e do colonialismo deixado pelas potências europeias. A maioria dos países da África Ocidental foram colonizados em grande parte pela França; Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal, Togo. Posteriormente, a Inglaterra era a segunda potência com mais colônias na África Ocidental; Gâmbia, Gana, Nigéria e Serra Leoa, seguida pelas colônias de domínio português; Cabo Verde e Guiné-Bissau e por fim, a única colônia de domínio americano na África ocidental, a Libéria

O processo de descolonização nas colônias de exploração, particularmente as administradas de forma indireta, ainda que submetidas a coações políticas e violentas, conduziram-se, muitas vezes, sem guerras ou conflitos durante o processo de independência (BELLUCCI; LAMY,2015). As sociedades autóctones juntamente com a burocracia retomaram o poder político e gradativamente conquistaram autonomia até sua independência. Deve-se destacar que esta forma “pacífica” de descolonização era uma forma das metrópoles concederem a independência formal às ex-colônias ao custo de instituir uma dependência mais duradoura.

A concessão gradativa de autonomia político-administrativa resultou na manutenção ou agravamento de dependência econômica da ex-colônias, o neocolonialismo (ADU BOAHEN, 2010; VISENTINI; RIBEIRO; PERREIRA, 2007). Além disso, deve-se ressaltar que as variações relacionadas aos processos de independência, estão diretamente ligados com o neocolonialismo e a relação de dependência e subordinação de cada ex-colônia à sua exmetrópole.

Já o processo de descolonização nas colônias de povoamento, principalmente nas colônias em que minorias europeias haviam se instalado permanentemente, ocasionou inúmeras guerras de independência, assumindo a identidade de lutas de libertação anticolonialista (DJALÓ, 2010). Exemplos seriam a luta da Argélia (Revolução Argelina 1954-1962) contra o domínio francês; e, as lutas de Moçambique (Luta Armada de Libertação Nacional 1964-1974) e Angola¹² (Luta Armada de Libertação Nacional 1961-1974) contra o domínio português.

Apesar das condutas dos Estados colonialistas apresentarem suas especialidades quanto à forma de administração, essas tinham um aspecto em comum. Segundo Conceição (2006), ocorreram inúmeras políticas coloniais, porém, nenhuma delas orientou-se deliberadamente para a emancipação dos povos coloniais.

Em meio as diversas formas de políticas empregadas na administração das colônias sob o domínio europeu, a política francesa se distingue por utilizar desde correntes filosóficas como o associacionismo¹³ até o integracionismo, onde pode-se citar como exemplo, o caso da Argélia, esta considerada um “departamento” do domínio francês, não uma colônia. Porém, o espírito assimilacionista era predominante e tinha como objetivo produzir uma minoria de africanos afrancesados.

Dentre os processos violentos de independência e formação de novos Estados ocorridos na África, as colônias de domínio português (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) destacam-se dos demais. Os movimentos de libertação destes países diferenciam-se por duas especificidades principais: esses países alcançaram sua emancipação posterior à grande maioria dos países do continente africano e, mais importante, a ideologia utilizada durante sua independência foi importante, pois estes países foram além das suas necessidades por uma revolução que conseguisse com sucesso quebrar as estruturas neocoloniais: o desejo desses países ia além da expulsão do colonizador do território, também era necessário reconstruir a sociedade em vias socialistas.

¹² Praticamente durante quatro séculos que Portugal já havia invadido o continente africano, foi na Guerra de independência de Angola em 1961 que os portugueses tiveram que enfrentar a primeira guerra de independência e forças de guerrilha dentro do continente.

¹³ Teoria filosófica criada pelo inglês Edward Lee Thorndike. O associacionismo é resultado de um processo de associação de idéias, das mais simples as mais complexas, a partir desta surgiu à lei da causa-efeito. A partir dessa teoria filosófica, podemos dizer que para aprender um conteúdo complexo, a pessoa precisaria primeiro aprender as idéias mais simples, que estariam associadas àquele conteúdo. Dentro do caso das políticas francesas, a teoria teria a aplicabilidade e funcionalidade de fazer os franceses aprenderem a forma mais básicas de administração/governo as mais complexas e associá-las a seus ideais.

2.2 O PAN-AFRICANISMO

Para qualificar o debate acerca do processo de descolonização do continente africano, é necessário pontuar e compreender alguns movimentos políticos e ideológicos que engendraram a luta dos países contra a dominação europeia. Tais movimentos ideológicos respaldaram e deram força para os movimentos de libertação, assim como na construção e união dos países do continente como uma unidade de força contra o imperialismo europeu.

Os dirigentes viram-se obrigados a favorecer a cooperação interafricana com o intuito de fortalecer as tentativas empreendidas em um nível nacional para consolidarem a sua independência. Resolveram adotar uma ampla abordagem regional essencialmente fundada na autonomia coletiva, o regionalismo. Pois, somente uma estratégia de desenvolvimento fundada sobre os princípios de autonomia e capacidade econômica no continente, poderia levar a África a romper com o seu passado econômico colonial de dependência externa (ABILINO, 2012, p.22)

O movimento pan-africanista tem sua origem nos Estados Unidos, inspirado em um sentimento de irmandade e fraternidade entre, principalmente, os negros libertos e não demorou a ter suas ideias disseminadas no território africano (HARRIS; ZEGHIDOUR, 2010).

Inicialmente, ainda em sua forma ideológica, o pan-africanismo mobilizou uma grande massa da população africana, incluindo importantes líderes que juntos aspiravam por mudanças, e que a partir de encontros, debates e conferências, foram responsáveis pela criação de uma das mais importantes organizações internacionais do continente, a Organização da Unidade Africana (OUA) e de sua sucessora, a União Africana (UA). Concorda-se com Schütz (2013), pois

Entre o final da década de 50 e início da década de 60, grande parte dos países africanos conquistou sua independência, ou, pelo menos, iniciou a luta para tal. Nesse momento, a ideologia do Pan-Africanismo, apesar de não ter sido concebida na África, ganha uma nova dimensão e passa a defender o anti-imperialismo e anticolonialismo. Isso ocorre porque, em meados da década de 40, alguns importantes líderes africanos, como Nkrumah, de Gana, passam a integrar o movimento de modo que o PanAfricanismo passa a ser uma ideologia africana de fato, orientada para a libertação do Continente Africano (SCHÜTZ, 2013, p. 50).

O pan-africanismo teve um papel extremamente significativo na história do continente africano, porém, deve-se destacar que este papel não se restringiu apenas à criação da OUA, mas também influenciou diretamente em outros processos de integração africanos. Além da influência direta, o movimento, por meio das discussões realizadas em seus encontros, reforçou a necessidade da cooperação entre as nações africanas como meio para que juntos pudessem recuperar sua autonomia e superar as heranças do colonialismo.

O Pan-africanismo tem uma importância vital para a história da África, bem como para a formação da Organização da Unidade Africana e de sua sucessora, a União Africana. Esse movimento foi crucial na constituição da identidade negra, tendo sido um instrumento de unidade de luta destes por reconhecimento, direitos humanos, igualdade racial e depois como elemento agregador na luta pela independência (nacionalismo) através de seus congressos, e também como componente aglutinador para formação de uma instituição continental que também tinha como um dos seus objetivos a descolonização de todo território africano (REIS, 2007, s/p).

Anteriormente à descolonização, movimentos ideológicos de cunho político e social, como o pan-africanismo, já lutavam para potencializar a voz do continente no contexto internacional e principalmente voltado para a promoção social e política da população africana, além de promover e apoiar a luta contra o colonizador e dar suporte para que os países ainda não independentes alcançassem este status.

O pan-africanismo nasceu fora da África na passagem do século XIX e XX, ganhando força com os negros da diáspora oriundos das colônias inglesas do Caribe e Estados Unidos, organizando-se como um movimento político e ideológico (REIS, 2007; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Pode-se destacar como antecedentes desse movimento na África, intelectuais negros e personalidades de destaque, estes, em sua maioria, advindos de colônias inglesas na África Ocidental.

Segundo Reis (2007), o intenso intercâmbio entre os estudantes dessa região e idealizadores do pan-africanismo influenciou diretamente os dirigentes dessa região — um diferencial em relação às demais colônias da região e seus líderes. A imprensa nessa região colaborou significativamente com o movimento pan-africano, difundindo as ideias e denunciando as condições sub-humanas impostas pelo regime colonial (REIS, 2007; VISENTINI; RIBEIRO; PERREIRA, 2007).

Em síntese, o Pan-Africanismo afirmou-se como a ideologia africana, partindo da perspectiva que tratava a cooperação e integração entre as nações africanas como necessárias para atingir a independência formal e *de facto* do continente (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Além disto, em termos práticos, o pan-africanismo advogou pelo estabelecimento de um Estado continental africano como meio para repelir as ingerências das potências Ocidentais. Seu principal organizador foi o sociólogo William Edward B. Dubois, que tinha raízes africanas; seu bisavô foi escravo nascido na África Ocidental. Primeiramente, o movimento pan-africano foi construído em bases de solidariedade, união, promoção social e cultural. A partir de inúmeros debates e discussões dentro do movimento e a respeito da sua construção, o mesmo politizou-se em causas pró-africanas.

O Pan-africanismo inventa uma África para os africanos e propicia a idéia de que este continente é sinônimo de negro, formada só por um povo, os africanos, além de dispor dos negros da diáspora como parte deste continente, daí o fato de terem sido os panafricanistas um dos responsáveis pelos movimentos de “retorno” dos negros recém emancipados, ou já livres e vivendo há algumas gerações nas Américas para o continente africano (FRANÇA,2011, p.1).

Dubois foi responsável por organizar os quatro primeiros congressos pan-africanos, os três primeiros realizados na Europa (1919, 1921, 1923), posteriormente nos Estados Unidos em 1927 e o Quinto Congresso em Manchester na Grã-Bretanha em 1945, considerado o mais importante dos demais, pois contava com uma destacada e expressiva presença de importantes dirigentes africanos (principalmente de Gana e Quênia).

O congresso tornou-se um momento histórico e significativo no contexto do final da Segunda Guerra Mundial — momento em que as potências colonizadoras europeias estavam devastadas em decorrência do conflito e a ordem bipolar mostrava-se latente (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Ao somar a crescente organização dos movimentos intelectuais pela libertação africana e a mudança no nível de poder das metrópoles, finalmente inicia-se a organização e fortalecimento das resistências anticoloniais, armadas ou não.

O quinto congresso pan-africano marcou a politização do movimento, momento em que a defesa do anti-imperialismo e anticolonialismo são radicalizadas. Como destaca Schütz (2013) dentre as principais resoluções adotadas no congresso, está a emancipação e total independência dos países africanos; a resolução de leis raciais e/ou discriminatórias; e a criação de uma união econômica na África Ocidental. Com o sucesso deste quinto congresso, pode-se considerar que o pan-africanismo passa a ser uma ideologia de fato, com uma identidade definida e norteada para a libertação dos países africanos (SCHÜTZ, 2013).

Deve-se destaque a esta última em especial, pois, foi a partir dos incentivos à integração derivados do pan-africanismo e na superação dos problemas deixados pela herança colonial e mais destacadamente nesta última resolução, que alguns países da África Ocidental começam a pensar sobre a possibilidade de integração, com o objetivo inicial de uma união econômica e monetária. Após a última conferência iniciaram-se os acordos e debates quanto às necessidades da criação de um programa de articulação para a independência da África colonial, pois, somente assim as bases seriam fixadas para uma futura unificação do continente.

Logo após, em 1958, foi realizada a Primeira Conferência dos Estados Independentes, em Accra, reunindo todos os países independentes até então. Sob a liderança do presidente de Gana, Nkrumah e da figura de um dos líderes do pan-africanismo, George Padmore, lançaram as bases para a criação da Organização da Unidade Africana.

Em todas essas conferências, foi proposta, entre outras coisas, a constituição de um vasto mercado comum em escala continental, ressaltando a integração política e a cooperação econômica entre os países (MAZRUI; WONDJI, 2010). Sequencialmente, em sua forma política, o pan-africanismo foi responsável por uma série de conferências que marcaram e foram responsáveis pelo amadurecimento do movimento, além da construção dos seus objetivos.

Retornando à primeira reunião entre os chefes de Estado do continente africano, em 1958, é possível afirmar que seu objetivo foi a constituição de um fórum informal para discutir os problemas comuns e para contribuir com pontos de vista diferentes sobre estes desafios. O seu objetivo prático foi debater a criação de uma organização internacional continental para institucionalizar e promover a integração africana — está ainda não delimitada, porém compreendida como meio para obter afirmar e autonomia do povo africano (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007).

O presidente de Gana, Nkrumah, sugeriu uma união política e a formação de um mercado comum africano, enfatizando que a unidade e mercado comum constituíam o pré-requisito indispensável ao rápido e total desenvolvimento, não somente do continente, mas também dos Estados africanos independentes associados no seio da união (ABILINO, 2012). Já a Libéria, defendia uma integração menos ambiciosa e processual, que iniciasse com a eliminação gradativa de barreiras comerciais (ABILINO, 2012).

Em 1963, como forma de diminuir as divergências, unir os dirigentes e criar uma verdadeira unidade representativa africana, foi organizada a Conferência de Cúpula dos Estados Africanos Independentes, em Addis Abeba, Etiópia. Nesta conferência, os líderes assinam a Carta Manifesto pela Unidade Africana e finalmente concretiza-se a criação Organização da Unidade Africana. Ainda dentro dessa atmosfera de discussões entre os chefes de Estado, foi criado o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), que juntamente com a Comissão Econômica para a África (CEA), criada anteriormente em 1958, fariam dezoito Estados associarem-se a Comunidade Econômica Europeia (CEE), representando um ideal para uma marcha para a cooperação africana (CLAPHAM, 1996).

Uma vez estabelecida uma unidade cultural africana, o pan-africanismo começou a atuar em todas as esferas. No âmbito econômico, o movimento lutou para buscar soluções às crises econômicas do continente e o progresso via integração, uma vez que havia um entendimento implícito de que somente por meio da cooperação entre os novos Estados seria possível superar o atraso econômico, securitário, social e institucional. No campo diplomático, o movimento agiu principalmente contra o colonialismo e o envolvimento dos países africanos

na Guerra Fria. Socialmente o pan-africanismo promoveu o desenvolvimento de políticas educacionais, sociais, sanitárias e na promoção da mulher africana.

Apesar de ter sido marcante no processo de descolonização, como em toda organização e movimento ideológico, o pan-africanismo sofreu problemas internos relacionados à divergência quanto a forma de pensamento de seus membros (REIS, 2007). Embora o pan-africanismo também tivesse tido problemas e deficiências em sua forma institucional, o movimento ainda segue os seus valores e objetivos basilares na promoção social e desenvolvimento do povo africano, na luta contra os reflexos deixados pelo colonialismo e costumes imperialistas, pode-se citar como exemplo a ação do movimento contra o colonialismo português e o regime segregacionista do Apartheid na África do Sul.

A organização ainda antes da sua institucionalização, patrocinou e organizou congressos que abarcavam várias questões no campo político, social, diplomático e também foi responsável por incentivar a criação de organizações representativas de classes no continente africano. Assim, é possível afirmar que o pan-africanismo foi a mais importante das correntes ideológicas como força motriz na luta de libertação dos países do continente, na promoção da independência dos países africanos e principalmente como força de integração regional como via de superação dos problemas deixados pelos europeus.

Na qualidade de força de integração visando a unidade ou a cooperação política, cultural e econômica na África, o pan-africanismo conhece três fases distintas: a fase colonial, de 1935 a 1957; a fase da independência, como movimento de libertação; e uma terceira fase iniciada nos anos 1970, no curso da qual, o Pan-africanismo como força de integração foi sobremaneira reforçado pelas espetaculares mudanças ocorridas na economia mundial e pelas pesadas repercussões destas mudanças nas economias africanas (ASANTE,2010,p.873).

A partir do estudo do processo de descolonização e independência dos países do continente africano, percebe-se que dos movimentos ideológicos que respaldaram e deram força aos povos africanos pela sua emancipação das mãos dos colonizadores, o pan-africanismo foi crucial na construção da identidade do continente, assim como para estabelecer a busca pela autonomia como o maior objetivo africano em termos de política internacional.

Portanto, o movimento surgiu com a proposta de reestabelecer os africanos como sujeitos de sua própria história; para constituir uma identidade negra; tornou-se um instrumento pela independência das ex-colônias, pela igualdade racial; e, foi fundamental para a formação e institucionalização da integração como meio fundamental para a inserção internacional africana.

2.3 A DESCOLONIZAÇÃO DO CONTINENTE AFRICANO E OS NOVOS DESAFIOS

O processo de descolonização da África iniciou-se a partir do final da Segunda Guerra Mundial e teve sua terceira e última fase deste processo durante as décadas de 1960 e 1970 (SCHÜTZ, 2013). Ao final da Segunda Guerra Mundial, as potências coloniais viram seu poder desgastado pelo esforço na guerra, os movimentos de libertação cada vez mais organizados e a configuração do sistema internacional caminhava em direção à bipolaridade e os EUA forçavam o livre comércio — antítese do pacto colonial — como ideal para a sua área de influência (VISENTINI; RIBEIRO; PERREIRA, 2007).

Como destaca Amaral e Fructuozo (2010), os partidos políticos africanos foram instituídos ao modelo ocidental, passaram a reivindicar um governo que representasse o povo africano e contestaram os benefícios concedidos às indústrias metropolitanas que repatriavam seus lucros. O colonialismo estava com os dias contados, levando-se em conta o processo de amadurecimento político e social das sociedades africanas, especialmente a partir do Pan-africanismo.

Vale ressaltar que dentre as inúmeras batalhas travadas na Segunda Guerra, muitas destas ocorreram em solo africano, como o Cerco de Tobruk (em 1941 na Líbia) e a Batalha de El Alamein (em 1942 no Egito), o que acabou por inflamar ainda mais os movimentos nacionalistas dentro do continente e ofereceu experiência militar, além de mínimas capacidades materiais para combates de larga escala.

Enquanto conceito, a descolonização pode ser descrita como um processo histórico, primordialmente político, ocorrido em especial após a Segunda Guerra Mundial, e que se traduziu na obtenção gradativa da independência formal das ex-colônias europeias situadas na Ásia e na África (PEREIRA, 1978).

Embora o auge das descolonizações africanas ocorreu na passagem da década de 1950 para a década de 1960, as reivindicações pacíficas e violentas batalhas iniciaram-se imediatamente no pós-guerra. Ainda que as potências europeias em uma tentativa de criar mecanismos de ceder uma autonomia lenta e gradual (tecnicamente esse mecanismo manteria a subordinação das colônias as metrópoles), como o caso do *self-government* britânico e a União Francesa, estas foram em vão, pois, a dinâmica interna das colônias e a situação internacional não permitiram a "instalação" desse mecanismo.

Logo após o processo de descolonização e a conquista da independência formal, os países africanos se depararam com a questão de representação política dos seus territórios. Muitos estudiosos afirmam que após a saída dos europeus do continente, antigos ódios tribais

se levantaram e isso foi o fator gerador das instabilidades políticas. Contudo, sob uma análise mais cuidadosa, nota-se que as revoltas, em sua maioria, não eram derivadas dos atritos e disputas de poder pré-coloniais entre as tribos e etnias (DOPCKE, 1999). A instabilidade política no continente deu-se primeiramente pela retirada das potências coloniais, que posteriormente incitavam conflitos internos nas ex-colônias e até mesmo davam suporte a essas revoltas (DOPCKE, 1999; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007).

É indiscutível que a África possui inúmeras etnias, religiões e grupos políticos, porém, dois fatores responsáveis destacam-se tanto pela instabilidade política quanto pela instabilidade social e econômica. Dentro do continente, após a retirada das potências, inúmeros grupos sociais e étnicos chegaram ao poder e a partir de então o cenário africano se deparava com o seu primeiro problema quanto a constituição do Estado e a democracia (REIS DA SILVA, 2005).

Os grupos étnicos e religiosos que chegaram ao poder, em sua maioria se deparam com inúmeras resistências por não representar as demais etnias, grupos religiosos e movimentos políticos presentes nos países, além dos presentes no poder não ter preocupação alguma com os demais grupos, resultando em grandes turbulências políticas. Somado a este fator, a corrupção, herança de um longo histórico de governos autocráticos em que a prestação de contas com a população não era uma preocupação, dentro dos novos Estados era endêmica e até mesmo considerada como um fator característico de muitos governos africanos, o que contribuiu para uma piora do cenário no continente (FRADE, 2007).

Como visto anteriormente, o pan-africanismo lutava pela emancipação e independência dos países do continente, juntamente em seus objetivos encontrava-se a discussão quanto a não ingerência externa em assuntos internos dos países. Segundo Weber (1999), o Estado-Nação é uma entidade jurídica independente, que goza de direitos e deveres em seu território e no âmbito internacional. É dever do Estado assegurar a proteção dos seus indivíduos, propiciando condições básicas para se viver, e é um direito dessa entidade política ser soberano para resolver seus problemas internos e agir com autonomia no sistema internacional (SOLLI, 2009; WEBER, 1999).

Contudo, ao comparar-se a concepção clássica de Estado e as condições pós-coloniais no continente africano, nota-se uma clara contradição. Essa contradição gerou o conceito de Estados falidos (CARVALHO, 2011). Além de não conseguirem garantir os direitos básicos aos seus cidadãos, assim como em outras regiões do globo, no continente africano nota-se uma clara e marcante desigualdade entre seus países.

Somando-se a essas disparidades econômicas, outras questões como fome, miséria, precárias condições de saúde e insegurança da população assolam o continente, além das inúmeras guerras civis entre os diferentes grupos étnicos, religiosos e políticos que ocuparam o poder. Elemento que agrega instabilidade no continente é a grande quantidade de governos autocráticos e de golpes de Estado, a democracia representativa liberal é exceção.

Dando segmento aos problemas enfrentados pelos países africanos, nos deparamos com os esforços pela estabilidade das fronteiras. Como vimos anteriormente, os povos africanos não eram ignorantes ao conceito de fronteiras, porém, com a chegada dos europeus e os acordos feitos entre estes, posteriormente à Conferência de Berlim, novas fronteiras foram definidas a partir dos interesses metropolitanos. Assim,

O primeiro grande teste da África Independente centrou-se na questão da estabilidade das fronteiras, pois havia dificuldades para efetivar uma concepção panafricana de Estados Unidos da África ou as federações ou semi-federações criadas pelas potências colonizadoras (SILVA, 2005.p.3).

Associado ao esforço para consolidar as novas fronteiras — processo que durou século na Europa, é importante lembrar —, é importante salientar que:

[...] as colônias tinham recursos econômicos muito diferentes. As regiões com mais recursos não queriam associar-se com mais pobres, por exemplo, a Costa do Marfim que tinha plantações de cacau, produção de marfim e fácil acesso às rotas marítimas. Na África Equatorial, o Gabão (rico em petróleo e minerais) assumiu posição similar. Pouco importava se Nkrumah do Gana, Senghor do Senegal ou Modibo Keita do Mali pensavam em unidades maiores. O fracasso das tentativas de consolidar agrupamentos políticos maiores durante os primeiros anos da independência africana foi, entretanto, compensado pelo notável sucesso na prevenção da desintegração das unidades territoriais básicas criadas durante o período colonial. Assim, embora presenciando diversas guerras separatistas (do Congo/Zaire, da Nigéria, do Sudão entre outras), os países africanos conseguiram em grande parte manter suas unidades territoriais (SILVA, 2005, p. 3).

Ao observarmos a herança colonial e o resultado de uma descolonização em grande parte administrada pelas metrópoles, nos deparamos com o desenvolvimento de outro sistema de dominação: o neocolonialismo. Diferentemente do anterior, a dominação agora operava de forma menos óbvia — por meio da dependência econômica e por meio da manutenção de grande parte da estrutura institucional colonial (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Como destaca Santos;

Fato interessante é que, na grande maioria dos países africanos, as metrópoles se esforçaram em atuar na maneira pela qual suas colônias se libertavam, em um movimento que visava não perder a influência sobre elas. Esse fato, juntamente com uma estrutura econômica dependente da venda de produtos primários e de uma constituição burocrático/política que manteve quase inalterado o arcabouço deixado pelas metrópoles, gerando o neocolonialismo (SANTOS, 2008, p.16).

Juntamente com as dificuldades como guerras civis, turbulências políticas, situação de extrema pobreza e precárias condições sociais, além dos novos desafios advindos da independência, o neocolonialismo acabava por ser um fator agravante aos problemas dos novos Estados africanos. Por meio da deterioração dos termos de troca, os países africanos acabavam por apenas transferir recursos para os países desenvolvidos — visto que a competição no mercado de *commodities* gira em torno do preço e a competição no mercado de produtos industrializados deve comportar diferenças tecnológicas, impedindo a competição via preço (SARFATI, 2005).

Com este contexto histórico em vista, a seguir será analisada a importância das organizações regionais africanas e, em especial, o processo de construção e desenvolvimento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.

3. AS ORGANIZAÇÕES AFRICANAS

Neste capítulo será abordada a importância das organizações regionais africanas. Pretende-se discutir ainda a criação do principal bloco da África Ocidental, a CEDEAO, assim como analisar os aspectos do contexto político e econômico que auxiliaram e prejudicaram esse processo de integração.

As organizações regionais no continente africano desempenham um importante papel na promoção do desenvolvimento econômico, social e securitário. Por meio de ações e acordos integrados, as organizações facilitam o fluxo econômico, o combate às doenças por meio da promoção ao acesso à saúde básica, a melhoria das condições de vida das populações e, mais relevante em termos de política internacional, como mediadoras de conflitos armados dentro do continente.

Conforme vimos, a organização internacional que impulsionou o desenvolvimento de diversos processos de integração nas variadas regiões da África foi a Organização da Unidade Africana, desenvolvida a partir dos ideais afirmados durante o processo de descolonização. Esta já lutava pela união de forças entre os novos Estados, pela emancipação dos países ainda não independentes e, principalmente por uma representação unitária do continente, objetivando a superação dos problemas deixados pelo colonizador.

Se analisa que cada organização partiu de fatores motivacionais diferentes para sua criação, apesar de terem sido influenciados diretamente pelos conceitos e conquistas do

panafricanismo, porém, com algumas semelhanças durante o processo de integração e, principalmente, nas dificuldades enfrentadas pelos países membros de cada organização.

Observa-se que uma possibilidade realista para superação do subdesenvolvimento econômico e social, assim como para a estabilização dos conflitos nos países do continente africano, reside justamente na ideia da integração regional. Ou seja, a reunião de esforços entre os vários países do continente, principalmente países contíguos de determinadas regiões e com objetivos em comum, é um meio para promover ações que assegurem a paz e possibilitem a criação de condições mais propícias para o desenvolvimento econômico e social dos novos Estados.

3.1 O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS NA ÁFRICA

O processo de descolonização africana foi administrado pelas potências coloniais, apesar de alguns conflitos armados importantes, gerando distorções e institucionalizando uma forma nova de dependência para com as antigas metrópoles, o neocolonialismo (REIS DA SILVA, 2005; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007; VISENTINI, 2010). Além disso, os novos Estados africanos ingressavam em um sistema internacional bipolarizado, sofrendo pressões para se alinharem a algum dos polos. Assim, estes novos Estados assumem um valor estratégico dentro da lógica da Guerra Fria (REIS DA SILVA, 2005; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007; VISENTINI, 2010). Não havia, porém, um consenso africano sobre como melhor aproveitar essa conjuntura.

O grupo de Brazzaville, fundado em dezembro de 1960, era composto por 21 membros (em sua maioria, francófonos) que advogavam por uma postura “moderada” caracterizada pela manutenção de laços estreitos com as antigas metrópoles. Esse grupo foi acusado de estar vinculado à lógica neocolonial. Por sua vez, o grupo de Casablanca, criado em janeiro de 1961, composto pela Argélia (governo provisório no exílio); Egito; Gana; Guiné; Líbia; Mali; e, Marrocos, propunha uma ruptura mais efetiva com as ex-metrópoles e advogava por uma diplomacia “neutralista”. Este grupo foi acusado de ser radical demais.

Somente após o fim da guerra de independência argelina e a “pacificação” do Congo foi possível um diálogo profícuo entre estes grupos, resultando na criação da Organização da Unidade Africana em 1963. Este diálogo teve grande contribuição do pan-africanismo, movimento que teve papel fundamental na criação da primeira organização internacional fundamentalmente africana.

De 1957 até meados da década de 1960 (antes da criação da OUA), [o movimento pan-africano] patrocinou e organizou congressos com vários objetivos – políticos, diplomáticos, de promoção cultural e social -, além de impulsionar a criação de organizações representativas – trabalhadores, camponeses – que transcendiam os limites das fronteiras (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007, p. 85).

A OUA exerceu um papel fundamental na construção do sistema de Estados africanos. Destaca-se a “[...] manutenção das fronteiras herdadas do colonialismo, face à absoluta falta de outros parâmetros para a delimitação das fronteiras dos novos Estados” (VISENTINI, 2010, p. 107); a mediação de conflitos de menor porte; estabeleceu uma posição coletiva frente ao Apartheid; articulou o diálogo em torno da coordenação de visões comuns sobre temas econômicos; auxiliou os movimentos de libertação nacional; e, serviu às necessidades diplomáticas dos novos Estados (REIS DA SILVA, 2005; VISENTINI, 2010).

A organização recém-criada defendia uma unidade africana através da solidariedade e cooperação entre os países. Ainda, tinha como objetivos a soberania e a independência do continente, o combate ao colonialismo e ao neocolonialismo, que se mostrava em construção, e a busca por uma harmonização de políticas (econômica, financeira, diplomática) entre os membros (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Foi importante na busca por soluções em litígios de fronteiras e para o atraso econômico e político da região, além de catalisar as contestações ao colonialismo e ajudar nas independências que viriam a ocorrer no restante do século (ALMEIDA, 2007).

As nações africanas elencaram a cooperação continental como o meio para a enfrentar seus desafios imediatos, porém, devido às diferenças de condições materiais, estruturas institucionais e visões, não foi possível viabilizar a integração continental dentro da OUA (REIS DA SILVA, 2005; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). A integração foi fragmentada para contornar as divergências constatadas ao longo do processo de constituição da OUA e dos primeiros anos dos novos Estados.

Os processos de integração no continente africano estão condicionados ao contexto histórico e sócio-político característico de cada região, porém, em alguns aspectos se assemelham — por exemplo, nas dificuldades enfrentadas pelos países para promover o desenvolvimento de suas economias e na projeção no cenário internacional. Em outras palavras,

Os atuais países da África Ocidental, como os do resto do continente, pensaram na união a fim de fazer frente tanto ao passado da escravatura e do colonialismo quanto à dominação do imperialismo e do neocolonialismo ocidental, além de fazer frente aos desafios do desenvolvimento, da emancipação sociopolítica e cultural de seus povos no mundo globalizado. É diante dos desafios e oportunidades que oferece a era da mundialização que se pensou na integração econômica, política e sociocultural na década de sessenta do século XX, como condição prévia para participar de forma competitiva na geopolítica internacional (DIALLO, 2016, p.245)

A respeito dos desafios africanos na segurança, deve-se entender que os problemas de segurança que os países africanos esbarram atualmente são decorrentes da fraqueza e na constituição destes durante o período pós-colonial. “O problema de segurança na África desde a descolonização foi dominado pelo fracasso generalizado de Estados fracos pós-coloniais”(BUZAN; WEAVER, 2003, p. 252, tradução nossa)¹⁴.

Em outras palavras, em nenhum outro continente as dificuldades relacionadas ao desafio de segurança e de desenvolvimento são tão proeminentes quanto na África. As inúmeras guerras e conflitos armados no continente africano, somadas a outras ameaças e desafios à segurança, tornam uma tarefa hercúlea a “básica” estabilização dos Estados, condição *sine qua non* para qualquer desenvolvimento na África (FRANCIS, 2006).

O continente africano tornou-se um desafio frente às tradicionais abordagens políticas e acadêmicas em algumas áreas. Por muito tempo os estudos nas áreas de desenvolvimento, paz e segurança eram constituídos como matérias isoladas e sem qualquer relação uma com a outra. Porém, no caso africano é a partir da integração econômica regional, somada ao elo entre paz e segurança, que se encontra uma possível resposta para alcançar o desenvolvimento. Segundo Francis:

O vínculo indissolúvel entre o regionalismo econômico e integração securitária destaca o fato de que é impossível de alcançar o crescimento e desenvolvimento econômicos, objetivos da integração, em um perpétuo ambiente de guerras, conflitos armados e instabilidade política regional. Guerras violentas e múltiplas ameaças de segurança têm desafiado as estreitas abordagens políticas e acadêmicas tradicionais para Estudos de Desenvolvimento, Estudos de Paz e Segurança, esses estudados como disciplinas separadas, com pouca ou nenhuma interligação. A África oferece uma gama de desafios e oportunidades para compreender o conceito, estes politicamente relevantes na compreensão do sentido de segurança-paz-desenvolvimento (FRANCIS, 2006, p. 1, tradução nossa)¹⁵.

Dentro deste cenário, destaca-se o papel das organizações regionais africanas, que além de promoverem o desenvolvimento social e a integração econômica, também cumprem o papel de intermediadoras na estabilização e gestão de conflitos em suas respectivas regiões. No continente africano, a interface de inúmeras guerras e conflitos soma-se aos diversos problemas econômicos e sociais decorrentes da colonização, que, por sua vez, acabam por dificultar

¹⁴ “The security problem in Africa since decolonization has been dominated by the widespread failure of postcolonial weak states”.

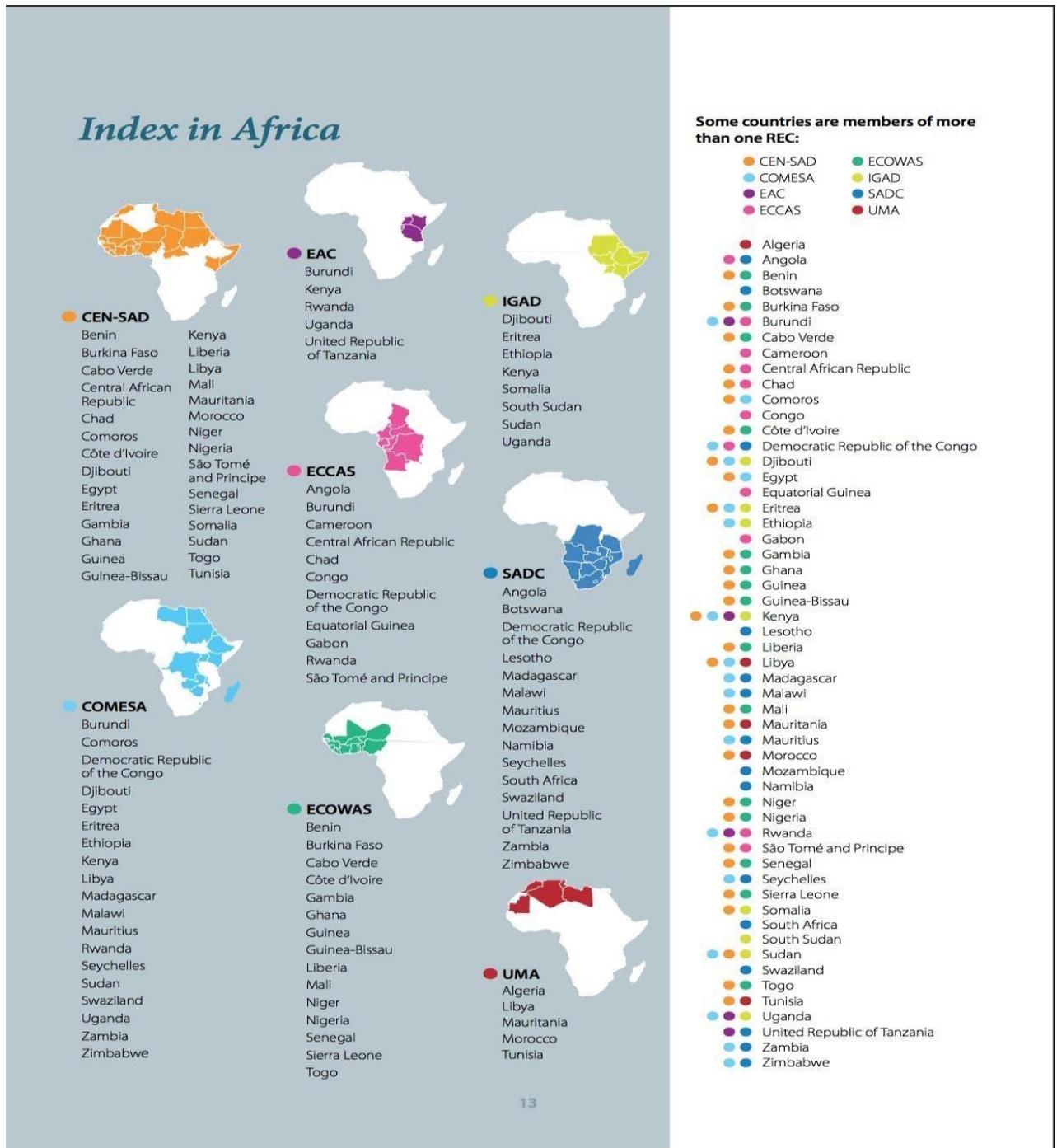
¹⁵ “The inextricable link between economic regionalism and security integration highlights the fact that it is impossible to achieve the economic growth and development objectives of integration in an environment of wars, armed conflicts and perpetual regional political instability. Violent wars and multiple security threats have challenged the narrow traditional academic and policy approaches to Development Studies, Peace Studies and Security Studies as separate disciplines with little or no interconnectedness. Africa provides a range of challenges and opportunities for understanding the conceptual, policy-relevant and empirical understanding of the nexus”.

qualquer tipo de ação integracionista ou de desenvolvimento. Sendo assim, torna-se crucial qualquer ação que colabore na construção do conjunto paz, segurança e desenvolvimento nas regiões africanas.

Portanto, as questões de integração e segurança estão diretamente entrelaçadas, principalmente no que tange a construção dos Estados africanos — uma vez que a insegurança impede a estabilização dos Estados. Tomando em conta a análise histórica feita no capítulo anterior, pode-se afirmar que a paz e a segurança são elevadas a condições essenciais na construção para qualquer projeto de desenvolvimento no continente africano.

Desde a criação da OUA, as nações africanas enxergam na integração uma saída muito mais ampla do que somente para a superação de seus problemas econômicos e sociais deixados pelas potências. A segurança por meio da cooperação tornou-se central em qualquer discussão sobre integração africana. A seguir, podemos ver através do mapa do continente africano, algumas das organizações africanas existentes, assim como os respectivos países membros e quais dessas organizações os mesmos fazem parte,

Figura 1: PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA



Fonte: Africa Regional Integration Index Report 2016 (2016)

A partir dessa perspectiva, alguns Estados africanos se dispuseram a dar mais atenção à cooperação estratégica no âmbito bilateral e por intermédio das organizações regionais africanas — que assumiam algumas responsabilidades tradicionais dos Estados e serviam como intermediadoras entre as partes dos diversos conflitos.

Em decorrência de seus problemas internos — principalmente quanto a questão do seu déficit de soberania, os novos Estados africanos transferiram para as organizações regionais africanas parte de suas prerrogativas, deveres e responsabilidades. A transferência de soberania e responsabilidades constitui uma parte importante para a correta compreensão do papel das organizações internacionais, em especial no continente africano. Segundo Manuel (2008), a transferência de soberania promove o crescimento dos Estados-membros, ao mesmo tempo em que potencializa a inserção internacional dos membros e pode vir a melhorar as condições de segurança em alguns casos.

A debilidade dos Estados africanos não permite que, por enquanto, cumpram sozinhos seus deveres, porém, a partir de um ponto de vista puramente teórico, a outorga de componentes do poder soberano — necessária para que as organizações internacionais sejam mais efetivas em suas funções — mostra-se difícil de conciliar com a natureza das unidades autoritárias e centralizadoras de poder chamadas de Estados, especialmente se ainda em processo de consolidação (ALMEIDA, 2015).

Contudo, apesar desta contradição, uma vez que alguns países africanos transferiram partes de suas prerrogativas soberanas para uma organização regional, notou-se maior capacidade de barganha ao negociarem como unidade e obtiveram melhores condições materiais para enfrentarem diversos problemas transnacionais.

Ao nível regional, as iniciativas das organizações no que tange o assunto de resoluções de conflitos variam de organização para organização como podemos ver nos casos dos processos de paz na República Democrática do Congo (SADC), Somália (IGAD), Burundi (SADC), Libéria (CEDEAO), Serra Leoa (CEDEAO) ou Sudão. Por exemplo, as ações de promoção para a paz na Somália e no Sudão foram intermediadas por meio de políticas diplomáticas desenvolvidas pela principal organização de integração na África Oriental (IGAD)¹⁶.

4. A CEDEAO – A COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA ÁFRICA OCIDENTAL

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental foi resultado de esforços que remontam desde a década de 1960. Assim como a maioria das organizações de integração e cooperação no continente africano, os processos que antecederam a CEDEAO partiram da

¹⁶ Inter-governmental Authority for Development.

integração econômica entre os países próximos com o intuito de superar os problemas herdados do colonialismo e do processo de descolonização.

O fim da Segunda Guerra Mundial, o fortalecimento do nacionalismo e a expansão do Pan-africanismo fortaleceram os movimentos de integração por todo o continente, não sendo diferente na África Ocidental. Os países da região começaram a construir uma visão comum a respeito da superação dos seus problemas internos e regionais. Um consenso foi atingido em torno da integração regional e da cooperação mútua entre os vizinhos.

Assim, a CEDEAO é o amadurecimento de inúmeras iniciativas. Dentre estas, destacamos quatro pontos:

- a) projeto liberiano, que preparou a Organização Interina para a Cooperação Econômica da África Ocidental;
- b) Conferência para Coordenação Industrial, realizada em Bamako, capital do Mali, e patrocinada pela Comissão Econômica para África e pela Organização para a Agricultura e Alimentação (ECA/FAO-ONU), que visava principalmente o estabelecimento da indústria siderúrgica na região;
- c) Conferência de Niamey, capital do Níger, igualmente patrocinada pela Comissão Econômica para a África (ECA-ONU), que objetivou aumentar o alcance da integração econômica regional, ampliando a atuação da Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO), organização então atuante nos ex-territórios 10 franceses;
- d) a iniciativa conjunta patrocinada pela Nigéria e pelo Togo que finalmente levou à criação da ECOWAS em 1975 (PENNA FILHO, 2006, p. 151).

A iniciativa da Libéria, em 1964, foi responsável por promover a criação de uma Comunidade Econômica entre os Estados da África Ocidental. Em 1968, na Monróvia, foi realizada a Conferência dos Chefes de Estado e Governo dos países da África Ocidental, na qual estiveram presentes representantes de nove países: Gâmbia, Gana, Guiné, Libéria, Mali, Mauritânia, Nigéria Senegal e Burkina Faso. Nesta conferência foram estabelecidas as diretrizes para a criação do bloco econômico.

A conferência resultou na criação e adoção de um protocolo de intenções que estabeleceu a constituição de um grupo regional africano com a finalidade de promover a cooperação em diversos setores. Dentre as deliberativas da conferência, discutiu-se a necessidade de reduzir as barreiras tarifárias entre os países da região, com o objetivo da criação de um mercado comum regional (PENNA, FILHO, 2006).

Infelizmente, os esforços iniciais destes Estados não garantiram o sucesso da iniciativa, uma vez que a iniciativa coletiva ficou comprometida e limitada em termos regionais pela ausência de quatro países: Togo, Daomé, Níger e, principalmente, a Costa do Marfim — um dos Estados mais ricos da região e um dos poucos com uma economia estável na época (DIALLO, 2016). A Conferência de Monróvia estava longe de conseguir estabelecer o ambiente

harmônico necessário entre os países francófonos e anglófonos que dividem a África Ocidental, principalmente porque a Costa do Marfim ainda representava uma forte resistência na aproximação com os países anglófonos — o que acabou por retardar o processo de integração regional.

Somado a estes fatores, entre 1968 e 1972, a instabilidade política atingiu os principais países da região, com golpes militares em Gana e Togo e, principalmente, com a Guerra Civil Nigeriana¹⁷. O conflito, que ameaçou seriamente a existência do Estado nigeriano, foi um dos mais sangrentos do continente africano (CASTELLANO, 2012), desestabilizou temporariamente a Nigéria e, por conseguinte, comprometeu o avanço inicial do processo de integração.

Cabe destacar que, apesar do esforço fiscal do governo nigeriano na Guerra Civil, as consequências em termos econômicos não desbancaram a liderança econômica regional do país. A Nigéria ficou temporariamente distante no processo de criação do bloco, porém, foi um dos países mais importantes para a efetiva fundação da CEDEAO.

Apesar da Guerra de Biafra ter comprometido o avanço das questões de integração e, conseqüentemente, a própria articulação do bloco, algumas consequências positivas não esperadas podem ser retiradas do conflito. O envolvimento de outros países da região no conflito deixou claro para o governo nigeriano a necessidade de uma organização regional que assegurasse a soberania de seus Estados-membros. Além do fim do conflito nigeriano, os entendimentos entre os governos da Nigéria e Togo possibilitaram um cenário positivo para a discussão de propostas para aprofundar a cooperação econômica e de promover o incremento nas trocas comerciais, caracterizando uma nova fase na história da formação da CEDEAO (PENNA FILHO, 2000).

Em 1973, após cinco anos da Conferência de Monróvia, sob a liderança da Nigéria e do Togo, foi realizada uma nova conferência entre os Ministros das Relações Exteriores dos países da África Ocidental, em Lomé — capital do Togo. Diferentemente de 1968, nesta estiveram representados 13 Estados da África Ocidental, exceto Gâmbia e Guiné. Neste encontro foram discutidos e elaborados os traços gerais do tratado que futuramente caracterizaria a imagem formal da CEDEAO. Após nove rodadas de negociações e discussões ocorridas durante 1974, o Tratado de Lagos foi celebrado em 1975 na capital da Nigéria, dando origem à CEDEAO.

¹⁷ A Guerra de Biafra foi um conflito político que ocorreu entre 1967-1970. O motivo da guerra partia de grupos separatistas, nominados Iorubás e Ibos. O primeiro grupo anteriormente ao conflito, encontrava-se no poder e haviam requerido a terra dos Ibos, estes possuíam terras ricas em petróleo. Em resposta, os Ibos criaram a República do Biafra, sustentada até certo momento por países estrangeiros que tinham interesse no local, ou no caso, no petróleo que havia no território dos Ibos.

Figura 2: OS MEMBROS DA CEDEAO



Fonte: Internal Displacement in West Africa: A Snapshot. 2012.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental é sediada na cidade de Abuja, na Nigéria, e praticamente toda a região faz parte da organização. O Cabo Verde adere à organização em 1976 e a Mauritânia deixa de participar no ano 2000. Os atuais Estados membros são: Benim; Burkina Faso; Cabo Verde; Cabo Verde; Costa do Marfim; Gâmbia; Gana; Guiné; Guiné-Bissau; Libéria; Mali; Níger; Nigéria; Senegal; Serra Leoa; e, Togo. A partir do referido tratado, delimitavam-se as atribuições da organização com o objetivo de promover a integração econômica em vários setores, tais como: energia, transportes, indústrias, comércio, questões financeiras e monetárias, questões sociais e culturais, dentre outras. Cabe destacar que, em 1986, o Conselho de Ministros da Comunidade aprovou uma resolução que criou o Centro de Computação e Informática com o objetivo de dinamizar a troca de informações entre os países e facilitar o desenvolvimento dos projetos elaborados da Comunidade. Os projetos de cooperação e desenvolvimento de infraestrutura vigentes no âmbito da CEDEAO tem como função alcançar o maior dos objetivos da comunidade: uma união econômica e monetária entre os Estados-membros.

Os amplos e ambiciosos projetos da Comunidade nas questões de desenvolvimento econômico tornam-se cruciais para alcançar o pleno e eficiente funcionamento da mesma, uma

vez que existem expressivas assimetrias entre as economias dos Estados-membros, além de inúmeros problemas de origem política, étnica e social que acabam por implicar no plano econômico (PENNA FILHO, 2000). Em uma análise das expectativas sobre a CEDEAO, a comunidade passou por um longo período de baixos resultados. Os objetivos estabelecidos no tratado constitutivo de 1978, apesar de mantidos, ainda não foram atingidos desde a sua criação.

Após décadas de funcionamento, os Estados-membros sentiram a necessidade de revisar o tratado constitutivo após o final da Guerra Fria. Dessa forma, em 1993, os Estados membros se reuniram em Benim, na cidade de Cotonou, para fazer a revisão do Tratado de Lagos, o que resultou na assinatura de um novo tratado¹⁸ que buscou superar o caráter mercantil e financeiro do anterior, abarcando diversas áreas e expandindo o poder da organização internacional (DIALLO, 2016).

A respeito da nova conjuntura internacional a partir da década de 1990, diante dos sinais de esgotamento do conflito bipolar e do aumento da pressão internacional sobre o regime racista sul-africano, os EUA e a África do Sul passaram a negociar a pacificação dos conflitos na África Austral (REIS DA SILVA, 2005; VISENTINI, 2015). Além da queda do regime do Apartheid na África do Sul, cabe destacar a queda de Mobutu, em 1997, no Zaire, privando a França de um importante aliado na busca dos interesses metropolitanos. A retirada ou diminuição do apoio externo a regimes autoritários ou ditatoriais é premente neste momento histórico (REIS DA SILVA, 2005; VISENTINI, 2015).

Apesar de todas as expectativas ocidentais em torno do fim do conflito bipolar e dos efeitos iniciais positivos descritos acima, o final da Guerra Fria marcou o início de uma década perdida para as nações africanas (VISENTINI, 2015). O fim da Guerra Fria representou a perda de importância estratégica e, por conseguinte, da pouca capacidade de barganha que as nações africanas tinham (REIS DA SILVA, 2005; VISENTINI, 2015).

Além da perda na capacidade de barganha no sistema internacional, os frágeis sistemas políticos africanos perderam sua sustentação no imediato pós-Guerra Fria (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Vários conflitos ocorreram no continente africano ao longo da década de 1990: em Ruanda e Burundi, na Somália, na Libéria, Zaire, Serra Leoa e Nigéria, entre outros.

Esses conflitos, carregados de disputas políticas e sociais que remetem às estruturas administrativas coloniais, são geralmente taxados de “conflitos étnicos”, ignorando-se a

¹⁸ Disponível em: <http://www.parl.CEDEAO.int/documents/Tratado_Revisto_CEDEAO>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

convivência pacífica de diversos grupos étnico-culturais diferentes ao longo de todo o continente africano. “O discurso essencialmente ‘étnico’ da crise esconde a atuação e a responsabilidade dos diferentes atores africanos e internacionais que, na luta por poder e recursos, instrumentalizam as identidades étnicas e culturais” (REIS DA SILVA, 2005, p. 14). Essa narrativa, além de esconder a atuação e a responsabilidade de atores africanos e internacionais, também serve para reduzir o papel das cicatrizes coloniais e neocoloniais. Para Visentini (2015),

[...] o que ocorreu ao final da Guerra Fria é que, ao mesmo tempo em que a ajuda externa era cortada, os organismos financeiros internacionais aplicavam planos de ajuste estrutural draconianos, cobravam uma diminuição do Estado e, como isso, causavam enorme danos ao tecido social. Com a redução da distribuição de recursos pelo governo, apenas um pequeno grupo de favorecidos sustentava a democracia [representativa] recém-implantada (VISENTINI, 2015, p. 122).

É fundamental também compreender o nexos causal entre a desmobilização dos exércitos, decorrente do aparente fim dos conflitos armados interestatais e da redução do Estado proposta pelos órgãos financeiros internacionais, e o fortalecimento dos “senhores da guerra” por meio do desvio dos armamentos e do vácuo de governança em regiões negligenciadas pelo diminutivo governo central dos países africanos (REIS DA SILVA, 2005; VISENTINI, 2015). Este é o contexto que permitiu o desenrolar de diversos conflitos armados que afetaram o continente africano da Libéria à Ruanda na década de 1990. Voltando aos efeitos do fim do conflito bipolar, apesar de o sistema internacional caminhar para uma multipolaridade assimétrica, a impressão no início da década de 1990 era que haveria o surgimento da primeira hegemonia mundial que marcaria o “fim da história” (AYERBE; 2002; CERVO, 2007; FUKUYAMA, 1992). Diante desta nova conjuntura,

O liberalismo econômico era acompanhado pelo liberalismo político. A renegociação dos acordos econômicos, como a renovação da Convenção de Lomé, os empréstimos do FMI e os programas de ajuda, estavam condicionados às reformas democratizantes, respeito à oposição e à realização de eleições livres multipartidárias (VISENTINI, 2010, p. 157).

Na África Ocidental, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental passou um processo de renovação e expansão ao longo da década de 1990. Conforme foi visto anteriormente, a CEDEAO foi criada com um enfoque na integração econômica, vista então pelos seus Estados membros como o melhor meio para fomentar o desenvolvimento da região.

O final da Guerra Fria descongelou tensões políticas ligadas à divisão de poder nos períodos colonial e neocolonial. A Libéria, por exemplo, foi arrasada por uma guerra civil que

iniciou em 1989 e durou quase uma década. Diante dos inúmeros conflitos em território africano, alguns destes nos países membros da CEDEAO, na década de 1990 se iniciou pela Nigéria um processo de incorporação de temática de defesa dentro da organização. Assim, criou-se

[...] a Comissão Permanente de Mediação (SMC), em 1990, que estabeleceu um Grupo de Monitoramento do Cessar-fogo (Ecomog). Na sequência, o Ecomog realizou missões na Serra Leoa e na Guiné-Bissau. Em uma reunião de cúpula extraordinária, em 1997, os Estados-membros concordaram na criação de um mecanismo formal para prevenir, gerenciar e resolver conflitos, bem como a supervisão de manutenção da paz na região. Em 2009, foram estabelecidas as Forças de Alerta Permanente da CEDEAO (com 6.500 homens, no âmbito da União Africana) e o Comitê dos Chefes do Serviço de Segurança (VISENTINI, 2010, p. 201).

Assim, na área de intervenção militar, a CEDEAO é a única organização sub-regional que funciona com um sistema de defesa integrado a suas ações na resolução e intervenção em conflitos, possuindo em sua estrutura uma subdivisão específica como a "ala militar", a *CEDEAO Monitoring Group (ECOMOG)* — que durante a década de 90 interveio em três conflitos Libéria (1990-1997), Serra Leoa (1993-2000) e Guiné-Bissau (1998-1999). Apesar da intervenção nestes conflitos sob seu objetivo constitutivo de uma intermediação pacífica, os resultados destas não pareceram agradar a comunidade internacional e muito menos os países envolvidos. Em 2013, o presidente de Cabo Verde afirmou na Conferência "Desafios Africanos" que as missões de paz se transformaram em campanhas militares e que a CEDEAO tem utilizado a ECOMOG como "pura manipulação" para favorecer "interesses que convêm" a algumas nações da África Ocidental. Além disso, as intervenções armadas realizadas pela CEDEAO ainda foram acusadas de uso desproporcional da força de violações aos direitos humanos.

Apesar dos problemas e desafios que as nações africanas ainda enfrentam para se recuperarem das dificuldades do passado colonial, principalmente no que diz respeito à consolidação da soberania e à garantia da estabilidade política, os processos de integração sub-regionais injetam dinamismo à inserção internacional de seus países membros e oferecem meios para que os governos nacionais enfrentem alguns de seus problemas sociais, econômicos e securitários. A CEDEAO — assim como outras organizações regionais africanas — representa um agente catalizador de mudanças dentro da África Ocidental, tanto na promoção do desenvolvimento econômico e social, assim como na manutenção da segurança regional.

Estas Organizações Regionais Africanas representam para a comunidade internacional os agentes internos da mudança em África, pois serão elas que num futuro próximo, irão assumir os desígnios da luta pelo desenvolvimento e pela

segurança nas regiões onde exercem a sua influência, numa missão consentânea com os objectivos e estatutos que lhe deram origem. A UA, SADC, CEDEAO, ECCAS, CEN-SAD e o IGAD, encontram-se num processo activo e acelerado de consolidação das suas capacidades militares, com vista a adquirirem as valências e requisitos operacionais que lhe permitam actuar em prol da segurança regional e da defesa continental (BERNARDINO, 2008, p. 16).

A criação de sistemas militares e de mecanismos próprios para a intervenção e gerenciamento de conflitos armados — além da criação de sistemas de alertas regionais — demonstra o nível de transferência de responsabilidades dos Estados membros para a CEDEAO, que agora assume responsabilidades na pasta de segurança regional, assim como para o desenvolvimento econômico e social sustentado dos seus membros.

Em 1993 foi firmado o tratado “Revisão do Tratado da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental” que visava fomentar a integração política entre os Estados membros, acelerar o processo de integração econômica e atualizar a estrutura da organização ao pós-Guerra Fria. Apesar destes esforços por renovação e maior dinamismo, o processo enfrentava uma desigualdade muito grande entre seus membros, visto que a Nigéria “[...] representa aproximadamente 50% da população e 66% em termos de PIB” (VISENTINI, 2010, p. 200).

Além da dependência do envolvimento da Nigéria para o avanço do processo de integração, a CEDEAO encontra-se dividida entre duas propostas irreconciliáveis, entre a “[...] União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e [a] Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO), ambas ainda em formação e discussão” (VISENTINI, 2010, p. 200).

A UEMOA, que foi criada em 1994, agrupa oito Estados da CEDEAO: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Niger, Senegal, Togo e Guiné-Bissau. Esses países adotaram o Franco CFA como sua moeda e, portanto, possuem fortes laços com a França e a Europa. No ano 2000, porém, foi lançada a ZMAO, “[...] uma abordagem fast-track para a integração monetária e econômica, permitindo que os países sigam uma plataforma comum para a execução dos processos de integração rápida da CEDEAO” (VISENTINI, 2010, p. 200).

A ZMAO foi lançada por Gâmbia, Gana, Guiné, Nigéria e Serra Leoa, com a criação de uma segunda moeda para o bloco, que mais tarde se equipararia ao Franco CFA e, por fim, consolidar-se-ia como moeda única da CEDEAO. Assim, nota-se a disputa entre um projeto francês de manutenção do Franco CFA e o projeto nigeriano de estabelecimento de uma moeda comum (REIS DA SILVA, 2005; VISENTINI; PEREIRA; RIBEIRO, 2007) que, além de reduzir a influência francesa, estaria provavelmente sob seu controle, em decorrência da esmagadora presença econômica desta potência regional. Assim, em maio de 2005,

[...]um encontro dos Chefes de Estado e Presidentes da CEDEAO, na Gâmbia, resultou na Declaração de Banjul, que adiou o lançamento da União Aduaneira e lançou um Plano de Ação, que estabelece a previsão de que a União Monetária da CEDEAO entre em vigor em 2020 com a criação do Banco Central da CEDEAO e a colocação em circulação da moeda única. A União Monetária da ZMAO, por sua vez, deverá ser criada em 2015, com a instalação também do seu Banco Central e a introdução de uma moeda comum aos dois grupos sub-regionais, o ECO. Em 2009, a Unesco, em parceria com a CEDEAO, criou o Instituto da África Ocidental (IAO), na cidade de Praia (Cabo Verde), com o objetivo de aprofundar a cooperação internacional visando a integração regional (VISENTINI, 2010, p. 200).

Parte fundamental deste contexto histórico, faz-se necessário compreender as mudanças no projeto de integração continental africano, em especial com a criação da União Africana em 2002. A OUA se mostrou incapaz de responder às novas demandas africanas do pós-Guerra Fria e, assim, surge a ideia de criação de uma nova organização continental (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007).

Durante uma Cúpula Extraordinária da OUA na Líbia, em 1999, surgiram propostas de reforma para o órgão. O líder líbio, Muammar Abu Minyar al-Gaddafi, lança a ideia vencedora, desejando criar uma instituição a partir da organização existente visando a retomada prática dos ideais pan-africanistas (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Nas reuniões e cúpulas seguintes, a ideia era discutida e aprovada, culminando na entrada em vigor da União Africana a partir de 2002. Com sede na Etiópia, onde também era localizada a antiga sede da OUA, contava com 53 membros no seu lançamento. O Marrocos não participa porque o Saara Ocidental foi aceito como membro.

Assim, a UA aparece para suprir as necessidades do novo cenário africano e internacional como um todo. Quanto aos objetivos, engloba o que a OUA apresentava (com exceção da defesa da descolonização, processo que já havia se encerrado). Em relação aos princípios, apresenta algumas diferenças. Primeiramente, tem o compromisso de buscar a democratização do continente, a justiça social, a igualdade de gênero e a erradicação da pobreza.

Dentre as novas áreas abarcadas pela UA, destaca-se a busca pela integração de seus membros na área de segurança e, relacionado a isso, busca prevenir futuros golpes de Estado no continente africano. Percebe-se aqui uma mudança de perspectiva quanto ao objetivo da OUA de não ingerência nos assuntos internos dos Estados. Apesar de defender a soberania dos países, a nova organização coloca em prioridade o compromisso da segurança coletiva e os direitos humanos (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Assim, intervenções militares e recomendações aos membros podem ser consideradas.

À medida em que o mundo se torna cada vez mais assimétrico, excludente e inseguro, em que as próprias economias avançadas promovem a formação de grandes blocos regionais, parece não haver alternativa para as nações africanas a não ser investir decididamente nesta proposta de unificação, capaz de otimizar o aproveitamento das grandes riquezas do continente, fortalecendo sua posição negociadora e estimulando os intercâmbios econômico, científico e cultural entre os povos da região... É uma chance de encarar seu passado sem as pressões do colonialismo e das rivalidades interestatais, na perspectiva de uma melhor compreensão de seu complexo presente e ante o horizonte da construção de um grande futuro (FERREIRA, 2005, p. 10).

Assim, a nova organização continental africana buscava contornar os erros da antiga OUA e criar novas perspectivas de integração, cooperação e inserção internacional dos países membros, dando também maior espaço a sociedade civil como um todo. Além da UA, cabe explorar a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), lançada pelo ex-presidente sul-africano Thabo Mbeki, sucessor de Mandela. O NEPAD é o plano de ação multisetorial que visa o desenvolvimento africano. Em termos mais concretos, o NEPAD apresenta-se como meio para a construção das bases materiais necessárias para o avanço da integração africana (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007). Ainda mais importante,

Este plano caracteriza-se [...] por uma abordagem diferenciada do FMI e do Banco mundial dos problemas africanos; por ter sido criado pelos próprios africanos. Ao propor uma nova base ideária de inserção internacional da África, o Plano retoma uma certa ofensiva diplomática do continente no debate sobre seu desenvolvimento (REIS DA SILVA, 2005, p. 18).

O plano “[...] propõe reformas políticas e aumento do investimento em setores-chave, como a agricultura, desenvolvimento humano, infraestrutura e diversificação de produtos de exportação (mercados internos e regionais) e meio ambiente” (VISENTINI, 2010, p. 193). O desenvolvimento sustentável; a boa governança; a capacitação das mulheres; a garantia da paz, da democracia; e, o avanço da cooperação e integração regional são seus objetivos finais. O meio para atingir estes objetivos seria a

[...] mobilização de recursos, o que inclui a melhoria da poupança interna e da gestão dos recursos públicos, participação maior do continente no comércio mundial, atração de investimento direto estrangeiro e aumento dos fluxos de capital, através da redução das dívidas externas nacionais (VISENTINI, 2010, p. 193).

Segundo Visentini (2010), o NEPAD pode ser interpretado como o amadurecimento das iniciativas africanas que visavam a reconstrução do continente e meios para uma inserção mais qualificada no sistema internacional. Assim,

[...] seu primeiro componente surgiu por volta de 1996, sob o nome de African Renaissance, como parte da nova política africana da África do Sul. No final dos anos 1990, Thabo Mbeki concretizou a proposta do African Renaissance em um plano de

desenvolvimento continental, intitulado Millennium Partnership for the African Recovery Programme (VISENTINI, 2010, p. 192).

A visão pessimista sobre a África, oscilante entre a miséria e oportunidades de crescimento, gerou críticas e ceticismo em relação à viabilidade do NEPAD. Porém, sua proposta inovadora, baseada na autoestima e autoconfiança que remonta ao pan-africanismo e no reconhecimento das divisões e da corrupção na África, cativou líderes, captou recursos e propiciou um envolvimento efetivo das Comunidades Econômicas Regionais (REIS DA SILVA, 2005; VISENTINI, 2015).

Ao considerar os paradigmas de desenvolvimento a partir de uma forma integrada, harmonizando políticas macro e microeconômicas, a NEPAD tem reestruturado o continente africano e possibilitado uma nova inserção desses no sistema mundial do século XXI (VISENTINI, 2010, p. 193).

Sendo assim, nota-se que, diante de uma conjuntura internacional permissiva — porém, não necessariamente favorável —, as nações africanas tomaram a iniciativa para construir o seu futuro com suas próprias mãos e o caminho idealizado depende da cooperação entre essas nações. Ainda é incerto se os países membros da CEDEAO irão contribuir decisivamente para o sucesso dessa iniciativa, porém algumas considerações já podem ser tomadas.

Em primeiro lugar, nota-se que a CEDEAO assumiu uma posição de vanguarda ao efetuar seu processo de renovação no início da década de 1990, enquanto que a UA foi lançada apenas nos anos 2000.

Neste contexto importa ressaltar o papel da CEDEAO e de seus países-membros na catalisação dos esforços continentais em busca de soluções para os problemas africanos reforçando, deste modo, a continuidade histórica da liderança e do pioneirismo oeste africano nas revoluções e lutas para a autonomia do continente ao longo da história (DIALLO, 2016, p. 260).

Destaca-se também a ampliação de suas competências, em especial no que tange a área de segurança. Este ponto possui importância ímpar pois “[...] a região oeste africana é [...] o primeiro alvo dos predadores internacionais tais como os países imperialistas e colonialistas (França, Inglaterra principalmente), o terrorismo Internacional (Boko Haram, Al-Qaeda Magreb, Al Sabab), que fazem da CEDEAO uma Organização desafiada constantemente” (DIALLO, 2016, p. 260).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das articulações dos Estados membros da CEDEAO visando promover urgentemente a integração econômica regional, deve-se considerar que todo esse processo requer um tempo para sua plena execução. Os problemas que os Estados da África Ocidental, assim como a maioria dos países do continente enfrentam, são complexos e crônicos — existe

um confronto entre o futuro que se aspira e a dura realidade, o que acaba por limitar a atuação das organizações.

Conforme foi visto, a colonização atingiu a quase todas as nações africanas, mas as suas características variaram de acordo com as características da metrópole, com as características do povo sendo explorado e com a importância geopolítica do território sendo explorado. Após o processo de descolonização, os novos Estados africanos enfrentaram — e muito ainda enfrentam — o processo de estabilização institucional. A cooperação internacional, em especial na forma de integração regional, foi vista como um instrumento para facilitar esse processo, porém consolidar a soberania dos novos Estados por meio da concessão de soberania a entidade supranacionais revelou-se uma contradição difícil de ser resolvida — especialmente se considerarmos a vasta assimetria de poder entre as nações que participam dos processos de integração africanos.

Assim, após rever os processos históricos regionais e continentais africanos mais relevantes ao objeto de pesquisa proposto, agora pode-se buscar algumas considerações interpretativas sobre o que alguns pesquisadores chamam de “renascimento africano” e o papel da CEDEAO neste processo. Para isto, porém, faz-se necessário explorar as relações diplomáticas africanas que estão sendo aprofundadas com a Ásia e a América Latina.

O agente asiático com maior proeminência na África do pós-Guerra Fria é a China. “As reformas e o acelerado desenvolvimento econômico chinês, bem como o fim da Guerra Fria, foram determinantes para as relações entre a China e a África” (VISENTINI, 2010, p. 207). Ao longo da Guerra Fria as relações sino-africanas foram determinadas pela sua posição pragmática de afastamento e aproximação entre os EUA e a URSS, sendo assim determinadas por fatores exógenos.

O pós-Guerra Fria apresentou uma série de desafios diplomáticos ao gigante asiático, em especial após a repressão de manifestantes em 1989 na Praça da Paz Celestial. Diversos líderes africanos, porém, ofereceram apoio diplomático à repressão chinesa e “[d]esta forma, a China passou a encarar a África de outra forma, visualizando uma possível aliança política que lhe serviria de sustentação, principalmente nas Nações Unidas” (VISENTINI, 2010, p. 207). A aproximação chinesa estava condicionada, basicamente, apenas ao não reconhecimento de Taiwan enquanto unidade política soberana.

Essa aproximação diplomática foi potencializada pelo passado compartilhado de exploração europeia. As partes também compartilhavam o entendimento de que as críticas Ocidentais, em especial em temas relacionados aos Direitos Humanos, tinham como objetivo final prejudicar as possibilidades de desenvolvimento dos países periféricos (REIS DA SILVA,

2005; VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007; VISENTINI, 2015). Tão importante quanto, a cooperação econômica oferecida pela China não vinha condicionada à liberalização político-econômica, como ocorria com as parcerias com os órgãos financeiros internacionais. No início do século XXI foi criado o Fórum de Cooperação China-África, que visa proporcionar maior estabilidade à cooperação estabelecida. Por meio de reuniões trianuais, “[...] seus principais pontos não se limitam ao aumento do comércio, mas também à cooperação científico tecnológica e à ajuda econômica chinesa, que ocorrem, sobretudo, através de investimentos em infraestrutura” (VISENTINI, 2010, p. 209).

É central salientar que “[...] os africanos deixaram de solicitar empréstimos ao FMI, passaram a ser mais seletivos com a ‘ajuda’ Ocidental e, sobretudo, a desenvolver uma diplomacia mais ativa” (VISENTINI, 2010, p. 209). A posição contrária da União Africana frente à invasão do Iraque sem autorização prévia do Conselho de Segurança é uma mostra desta postura mais autônoma e ativa. Por sua vez, a aproximação africana com a América Latina também compartilha elementos históricos importantes. Com o Brasil, em especial, “[...] durante a colônia e a maior parte do Império, milhões de africanos foram trazidos como escravos para o Brasil, fazendo com que a *europização* das novas terras fosse acompanhada por sua *africanização*” (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007, p. 157). A contribuição africana à formação da sociedade brasileira é imensurável.

A partir do fim do tráfico de escravos, inicia-se um processo marcado por ciclos de aproximação, nos momentos em que a política externa brasileira identificava nos países periféricos um meio para uma inserção mais qualificada no sistema internacional, e afastamento, nos períodos em que a política externa brasileira atribuía prioridade às relações com os países centrais (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007; VISENTINI, 2010).

O final da Guerra Fria, porém, veio acompanhado da capitulação das nações sul-americanas ao receituário dos órgãos financeiros internacionais e dos países centrais. “A ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência e a adoção do neoliberalismo como política econômica, em 1990, abriram nova fase de relativo distanciamento em relação à África” (VISENTINI, 2010, p. 221).

Ao final da década de 1990 já se notava sinais de uma mudança nos rumos da política externa brasileira “Quando o presidente [FHC], no contexto da crise do Real, começou a criticar a ‘globalização assimétrica’, passou também a haver entre o Brasil e os Estados africanos uma maior convergência na diplomacia mundial e seus foros multilaterais, especialmente os econômicos” (VISENTINI, 2010, p. 222). A eleição do presidente Lula, em 2003, marca o

início de uma fase de forte aproximação entre o Brasil, pivô da América do Sul e do MERCOSUL, e a África.

Uma visão estratégica e uma perspectiva coerente são as novas bases das relações Brasil-África, tornando-se o principal foco da chamada Cooperação Sul-Sul. Relações bilaterais e multilaterais tem se desenvolvido de maneira notável nas áreas do comércio e investimento (principalmente nos setores petrolíferos, de mineração e infraestrutura), saúde, ciência e tecnologia, diplomacia e mesmo segurança e defesa (VISENTINI, 2010, p. 222).

Assim como aconteceu com a diplomacia chinesa, as ações brasileiras não passaram sem críticas.

Para muitos, as relações com a África provam a dimensão solidária do programa social do presidente Lula, numa extensão internacional das ações nacionais, enquanto outros consideram essas relações apenas uma “diplomacia de prestígio”, com desperdício de tempo e dinheiro; finalmente, alguns as consideram pela ótica da “diplomacia de negócios”, uma espécie de imperialismo soft, que se diferenciaria da presença chinesa na África apenas na sua forma e intensidade (VISENTINI, 2010, p. 223).

A diversificação de parceiros estratégicos para a o continente africano faz parte de um processo integrado e em construção que é chamado de “renascimento africano”. Para compreender esse processo, faz-se necessário retomar brevemente os supracitados efeitos do final do conflito bipolar para as nações africanas.

A mudança na ordem mundial retirou o valor estratégico que a África possuía durante a Guerra Fria (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007; REIS DA SILVA, 2005; VISENTINI, 2015). Essa perda de valor estratégico gerou a perda na capacidade de barganha com os países centrais; fim da sustentação de frágeis sistemas políticos africanos; e, o descongelamento de tensões que remontavam ao período colonial e neocolonial (REIS DA SILVA, 2005; VISENTINI, 2015). É fundamental salientar novamente que os Estados africanos ainda estão em processo de construção, tal como os europeus viveram nos séculos XVI e XVII, porém, em um contexto histórico muito mais complexo e com um passado de exploração a ser superado (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007; VISENTINI, 2010).

Contudo, conforme foi visto, “[...] a África apresenta sinais de profundas transformações e novas tendências, no sentido de sua reafirmação, da busca de soluções e da construção de sua autonomia” (REIS DA SILVA, 2005, p. 17). Da baixa prioridade da África na política externa dos países desenvolvidos ao final da Guerra Fria, apesar do elevado custo em vidas humanas e do aparente caos no continente dividido por conflitos armados, surgiu uma oportunidade para a reorganização das relações internacionais africanas em bases mais autônomas. “Essa autonomia alicerçou-se no relativo colapso da influência direta europeia na

África, em especial da francesa e na rearticulação regional africana provocada pela África do Sul e outros países-pólo do continente” (REIS DA SILVA, 2005, p. 17).

A renovação e avanço na institucionalização da integração regional da África Ocidental podem ser inseridas nessa busca africana por uma inserção mais qualificada e autônoma no sistema internacional. As nações africanas enxergam na integração regional o meio para obter as condições materiais e políticas para concluir a construção de seus Estados nacionais e constituir um capitalismo africano. Contudo, “[a] constituição de um capitalismo africano, na esteira do colapso dos movimentos e governos de esquerda, tem produzidos a emergência de novas contradições e realidades políticas, gerando condições para a articulação de novos atores sociais” (VISENTINI; RIBEIRO; PEREIRA, 2007, p. 157). Apesar das possíveis consequências negativas dessas escolhas, as nações africanas afirmam seu direito à autodeterminação ao optar por uma ordem mundial multipolar.

Ainda não é certo de que forma a CEDEAO irá se adaptar à nova conjuntura internacional, porém, é certo que

Um largo consenso está sendo criado sobre um certo número de princípios que nortearão o processo de integração em África do Oeste nos próximos anos: a necessidade de estabilidade interna (política e econômica), a coordenação à escala regional das políticas macroeconômicas, bem como o melhoramento operacional das instituições da comunidade (GOMES, 2009, p.55).

Neste sentido, ao analisar o processo de integração regional da África Ocidental, institucionalizado na CEDEAO, confirma-se hipótese inicial de que a integração regional deve ser considerada uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento regional na África Ocidental e a CEDEAO, mesmo que insuficientemente, oferece um arranjo institucional para viabilizar a superação dos problemas econômicos, políticos e sociais deixados pelos europeus.

REFERÊNCIAS

ADEDEJI, Adebayo. **Estratégias Comparadas de Descolonização Econômica**. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Eds.). *História Geral da África VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010

Africa Regional Integration Index Report 2016. United Nations Economic Commission for Africa. 2016. Disponível em: <https://www.integrateafrica.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/ARIIRreport2016_EN_web.pdf>. Acesso em 29 de outubro de 2017.

ALMEIDA, Érica Reis de. O pan-africanismo e a formação da OUA. **Revista geo-paisagem**, nº12, 2007. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/%C3%81frica.htm>>. Acesso em 27 de outubro de 2017.

ALMEIDA, Victor Ferreira de. **A União de Nações Sul-Americanas sob o prisma anarquista**. Sant'Ana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2015.

ASANTE, S.K.B. **O Pan-Africanismo e a Integração regional**. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Eds.). *História Geral da África VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

BARBOSA, Muryatan Santana. **A África por ela mesma: a perspectiva africana na História Geral da África(UNESCO)**. 2012. 208 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BALASSA, Bela. **Teoria da Integração Econômica** (Tradução de Maria Filipa Gonçalves e Maria Elsa Ferreira) (Coleção "Estudos de Economia Moderna"). Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & C.A. (Filhos) LDA, 1961.

BELUCCI, Beluci; LAMY, Philippe. **A EXPLORAÇÃO COLONIAL NA ÁFRICA**. [S.L]: Secretária de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores, [201-?]. Disponível em:<<http://5c912a4babb9d3d7cce16e2107136992060ccfd52e87c213fd32.r10.cf5.rackcdn.com/wpcontent/files/Caderno7Africa.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2016.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás. **POLÍTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA EM ÁFRICA E PARA ÁFRICA: O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES REGIONAISAFRICANAS**. *Revista Militar*, [s.i], n. 2476, p.585-0, 2008.

BRITO, Antônio J. G. **Direito e barbárie no (I) mundo moderno: a questão do Outro na civilização**. Dourados: Ed. UFGD, 2013.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **REGIONS AND POWER: The structure of International Security**. New York: Cambridge University Press, 2003.

CARVALHO, Daniel Duarte Flora. **Secessão, estatalidade e novos estados africanos**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100058&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em 12 outubro de 2016.

CASTELO, Cláudia, Passagens para África. **O POVOAMENTO DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE COM NATURAIS DA METRÓPOLE**. Porto: Edições Afrontamento, 2007, 405 páginas.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. **ÁFRICA UM NOVO OLHAR**. Rio de Janeiro: Cadernos Ceap, 2006. 88 p.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL FLAD-IPRI, 4., 2006, Lisboa. **ESTRATÉGIA E SEGURANÇA NA ÁFRICA AUSTRAL**. Lisboa: Fundação Luso-americana Para O Desenvolvimento, 2007.

DIALLO, Alfa Oumar. **RENASCIMENTO AFRICANO E DESENVOLVIMENTO**. Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 2, n. 6, p.92-120, jul. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/20575>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

DIALLO, Mamadou A. **Paz e desenvolvimento na África do século XXI: um balanço do período pós-guerra Fria**. Videre, Dourados, MS, ano 3, n. 5, p. 43-61, jan-jun.2011.

DIALLO, Mamadou Alpha. **A integração regional na África Ocidental (1960-2015): balanço e perspectivas**. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. v. 1, n. 1, 2016.

DJALÓ, Aladje Mamadu Mudjitaba. **REGIONALIZAÇÃO COMO BUSCA DE ALTERNATIVAS NA ÁFRICA PÓS-COLONIAL: A GUÍNÉ-BISSAU E A UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DA ÁFRICA OCIDENTAL (UEMOA)**. 2010. 81 f. TCC(Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia292724.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2016.

DÖPCKE, Wolfgang. **A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra**. *Revista Brasileira de Política Internacional*, [s.l.], v. 42, n. 1, p.77-109, jun.1999.

ELKINS, Caroline; PEDERSEN, Susan. INTRODUCTION. In: ELKINS, Caroline; PEDERSEN, Susan (org.). **SETTLER COLONIALISM: A Concept and Its Use**. Nova Iorque: Routledge, 2005.

FERNANDES, Lito Nunes, BOUKOUNGA, Jean Christian; FERNANDES JÚNIOR, José.

INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL: Uma visão crítica. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 2, n. 8, p.18-47, nov. 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/23459>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

FRADE, Ana Maria Duarte. **A corrupção no Estado Pós-Colonial em África. Duas Visões Literárias**. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007.

FRANCIS, David J. **Linking Peace, Security and Developmental Regionalism: Regional Economic and Security Integration**. *Journal Of Peacebuilding And Development*, [sem Local], v. 2, n. 3, p.07-22, abr. 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRUCTUOZO, Ligia Maria Lario; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. **África: O despertar de um continente**. *Inter temas: ETIC - ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, Presidente Prudente, v. 5, n. 5, 2005. Disponível

em<<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewArticle/2038>>Acesso em: 25 set. 2016.

GOMES, Joaquim. A INSERÇÃO DE CABO VERDE NA CEDEAO: O comércio e as migrações. [sem local]: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2009. 195 p. Disponível em: <<http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/EB013.pdf>>. Acesso em: 14 ago.2016.

GOODWIN, Adam. Evolution and Anarchism in International Relations: The Challenge of Kropotkin's Biological Ontology. **Millennium: Journal of International Studies**. v. 39, n. 02, 2010.

HAAS, Ernest. **The Uniting of Europe: Political, Social, and Economic Forces 1950-57.** Stanford: Stanford University Press, 1958.

HARRIS, Joseph.E.; Zeghidour, Slimane. **A AFRICA E A DIÁSPORA NEGRA.** In: MAZRUI, Ali. A; WONDJI, Christophe (Org.). História Geral da África. Brasília: UNESCO, 2010. Pp.861. (Vol. VIII).

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea. **Organizações Internacionais: história e práticas.** Rio de Janeiro. Elsevier, 2004.

JAMINE, Eloísio Benedito. **MULTILATERALISMO E REGIONALISMO NA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL: OMC e SADC: o processo de integração regional na SADC.** II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantasl. (UNESP, UNICAMP e PUC/SP; São Paulo, 2009.

JAMINE, Elísio Benedito. **A INTEGRAÇÃO REGIONAL NA ÁFRICA AUSTRAL: Obstáculos e oportunidades (1980 - 2008).** 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Programa San Tiago Dantas - Unesp/unicamp/puc-sp, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em:<<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93745>>. Acesso em: 22 nov. 2016

JAMINE, Elísio Benedito. **Multilateralismo e Regionalismo na Ordem Económica Internacional: OMC e SADC: O Processo de Integração Regional na SADC.** Economia, Política e Desenvolvimento: Revista científica inter-universitário, [sem Local], v.1, n. 4, p.53-78, nov. 2011. Disponível em:<<http://www.cedpangola.com/data/uploads/udi/colecaodigital/revistas/6economiapoliticae desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

KEOHANE, Robert. Institucionalismo Neoliberal: una perspectiva de la politica mundial. *In: Instituciones Internacionales y Poder Estatal: ensayos sobre taoría de las relaciones internacionales.* Buenos Aires: Grupo Editor Latino Americano, 1993.

MARTIN, Lisa. The Promise of Institutional Theory. **J-STOR**. V. 20, n. 1, p. 39- 51, 1995.

KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda mútua: um fator de evolução.** São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

LOPES, Juliano. Estado e Soberania na Perspectiva da Integração Regional. **Direito & Justiça**, v. 36, p. 144-161, 2010. Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/9077>>. Acesso em 28 de outubro de 2017.

MAIOR, Paulo Vila; TORRES, Francisco. **A contribuição da teoria das relações internacionais para a explicação do processo de integração monetária europeia. Relações Internacionais**. n. 39, 2013.

MARTIN, Lisa L.; SIMMONS, Beth A. Theories and Empirical Studies of International Institutions. **J-STOR**. v. 52, n. 4, p. 729-757, 1998.

MEARSHEIMER, John J. The false premise of international institutions. **International Security**. v. 19, n. 3, 1994.

MURAPA, Rukudzo. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): rumo à integração política e econômica. **Impulso**, nº31, Setembro, 2002.

NYE, Joseph. **Compreender os conflitos internacionais**: uma introdução à teoria e à história. Lisboa: Gradiva, 2002.

NIEMANN, Arne; SCHMITTER, Philippe. Neofunctionalism. *In*: WIENER, Antje, e DIEZ, Thomas (eds.). **European Integration Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

NUNES, Lito; CHRISTIAN, Boukouna; FERNANDES, José. **INTEGRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL NA ÁFRICA OCIDENTAL**: uma visão crítica. Revista Conjuntura Austral vol. 2, nº. 8, Out.Nov 2011.

NYIRABU, Mohabe. **APPRAISING REGIONAL INTEGRATION IN SOUTHERNAFRICA**. **African Security Review**, [s.l.], v. 13, n. 1, p.21-32, jan. 2004. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/10246029.2004.9627266>. Disponível em:<<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10246029.2004.9627266>>. Acesso em: 23 abr.2016.

OLIVEIRA, Guilherme Z.; BARBOSA, Luisa C.; CARDOSO, Nilton C. **Da Não Interferência da Organização da Unidade Africana à Não Indiferença da União Africana**: Percepções Africanas sobre a Segurança do Continente. Século XXI. Porto Alegre. 5, n.1 p. 93-112, 2014. Disponível em:<<http://sumarioperiodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1880/165>>Acesso em: 23 de abr de 2016

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. **O PAPEL DA GUERRA DE BIAFRA NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO NIGERIANO**: Da independência a segunda república (1960-1979). Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 3, n. 6, p.228-253, dez. 2014. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>. Acesso em: 03 set. 2016.

OYEJIDE, T. Ademola. **POLICIES FOR REGIONAL INTEGRATION IN AFRICA.** African Development Bank, Ibadan, v. 62, p.02-33, 2000.

PEREIRA, José Maria Nunes. **COLONIALISMO, RACISMO E DESCOLONIZAÇÃO.** Centro de Estudos Afro-Asiáticos do Conjunto Universitário Cândido Mendes, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, maio-agosto, 1978.

PENNA, Pio. **INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NO CONTINENTE AFRICANO: ECOWAS e SADC.** Revista Cena Internacional: Universidade de Brasília, Brasília, 2000.

PORTUGAL. Lusofonia Econômica. Associação Industrial Portuguesa. **CABO VERDE: Integração regional na CEDEAO e relacionamento com os países da CPLP** [sem Local], 2014. p.176. Disponível em: <<https://www.cgd.pt/Empresas/PlataformaInternacional/Estudos/Documents/2CABOVERDE-NIGERIA-CEDEAO-CPLP.pdf>>. Acesso em: 21 de outubro de 2016.

RIZZI, Kamilla Raquel; SCHÜTZ, Kamilla Raquel Rizzi e Nathaly Xavier. **POLÍTICA EXTERNA DA NOVA ÁFRICA DO SUL: Reinserção e afirmação regional.** Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais, Porto Alegre, v. 3, n.5, p.181-201, jun. 2014. Disponível em: <seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/45173/30178>. Acesso em: 12 out. 2016.

SANTOS, Cezar Medina. **INTEGRAÇÃO REGIONAL E DESENVOLVIMENTO: o caso da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).** 2014. 81 f. Dissertação (Mestrado)- Curso de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde16062014132715/ptbr.php>>. Acesso em: 14 out. 2016.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Formação da África Contemporânea: o renascimento cultural africano, o colonialismo e a formação dos novos estados, impasses e desafios da África.** 2 eds. São Paulo: Atual, 1987.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **A África na ordem internacional do século XXI: mudanças epidérmicas ou ensaios de autonomia decisória?** São Paulo: Atual, 2008.

SARFATI, Gilberto. **Teorias de Relações Internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, André Luiz Reis da. **ÁFRICA CONTEMPORÂNEA: os novos desafios da segurança, desenvolvimento e autonomia (1960-2005).** Monografia, Porto Alegre, v.1, p.01-20, 2005. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/monografia/artigos/1edicao/artigo1.pdf>>. Acesso em: 22 ago.2016.

SILVA, Igor Castellano da; DIALLO, Mamadou Alpha. **NOVA CRISE NOS GRANDES LAGOS DA ÁFRICA CENTRAL: O SURGIMENTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL AFRICANA?** Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 4, n. 15-16, p.2231, 03 de 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/33692>>. Acesso em: 30 out. 2016.

SCHUTZ, Nathaly Xavier. **A POLÍTICA EXTERNA DO ZIMBÁBUE PARA A ÁFRICA AUSTRAL: uma comparação histórica.** In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 5., 2015, Belo Horizonte. ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA. Belo Horizonte: abril, 2015. p. 01 - 17. Disponível em <<http://www.encontronacional2015.abri.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6IBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjzOjQ6IjQ2NzkiO30iO3M6MToi aCI7czozMjoiZGU4MDdlODM5Y2FjNDI4NTkwOTIxYWJlZDM2MjhjZDYiO30=>>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

SCHUTZ, Nathaly Xavier. **A Integração na África Austral em Perspectiva Histórica.** In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS(SEBREED), 2., 2013, Porto Alegre. **Anais...** .Porto Alegre: Sebreei, 2013.

SCHUTZ, Nathaly Xavier. **INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL: A COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL (SADC) E OS CONDICIONANTES HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA INTEGRAÇÃO.** 2014. 224 f. Tese(Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/106413/000933078.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

SCHUTZ, Nathaly Xavier. **O Pan-africanismo e o Processo de Integração na África Austral: uma perspectiva histórica.** **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 10, n. 3, p.50-58,nov. 2013. Disponível em:<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/viewFile/6489/5968>>. Acesso em: 23 out. 2016.

SOLLI, Audun. **Theorising African States: The Case of Angola from a Critical Theory Perspective.** Stellenbosch University, 2009.

TELLECHEA, Rodolfo Carvalho. **O processo de integração sul-americano sob a perspectiva de segurança: uma análise sobre a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).** Monografia. Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2010. 272 p.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Internacionais da Ásia e da África.** Petrópolis: Editora Vozes, Petrópolis, 2007.

WANDERLEY, Livio Andrade; MATA, Henrique Tomé da Costa. **Uma avaliação econômica dos países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental - CEDEAO a partir das exportações,** 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde, Bahia, 2009.

WEBER, Max. 1967 e 1968. **Ciência e política** - Duas vocações. Editora Cultrix . São Paulo, 1999.